

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

MAISA FURTADO DE SOUZA

A COMUNIDADE ÁRABE: ESTUDO DA VARIAÇÃO

**TRÊS LAGOAS
2008**

MAISA FURTADO DE SOUZA

A COMUNIDADE ÁRABE: ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFMS-CPTL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas – Área de concentração: Estudos Lingüísticos – como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Dercir Pedro de Oliveira

**TRÊS LAGOAS
2008**

A553v Souza, Maisa Furtado de.

A Comunidade Árabe: Estudo da Variação Lingüística/Maisa Furtado de Souza. Três Lagoas, Ms: [s.n.],2008.
105f.; 30cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas,2008.

Orientador: Prof.Dr. Dercir Pedro de Oliveira.

1. Sociolingüística. 2. comunidade. 3.Variação. I. Oliveira, Dercir Pedro de.
II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Câmpus de Três Lagoas.
III. Título.

MAISA FURTADO DE SOUZA

A COMUNIDADE ÁRABE: ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFMS-CPTL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas – Área de concentração: Estudos Lingüísticos – como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientador: Prof^º. Dr.^º Dercir Pedro de Oliveira (UFMS – CPTL)

2^a Examinadora: Prof^a. Dr^a. Rosângela Villa da Silva (DLE/CPAN/UFMS)

3^a Examinadora: Prof^a. Dr^a. Celina Ap. Garcia de Souza Nascimento (UFMS - CPTL)

Três Lagoas, 29 de agosto de 2008

Dedico essa pesquisa a todas as pessoas que de algum modo contribuíram para que este estudo se realizasse.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pelas graças concedidas.

Ao orientador deste estudo, Prof^º Dr^º Dercir Pedro de Oliveira, pelo exemplo de garra, pelo ensino e exímia competência, por respeitar o tempo de que necessitei para, enfim, concluir esta tarefa.

À banca de qualificação: Prof^a Dr^a Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento e Prof^a Dr^a Claudete Cameshi de Souza, pelas brilhantes orientações sobre este trabalho.

Às famílias Fadil, Hage, Kassen, Said Hayoul, Dib, Halaoriani, Abrão Bernaba e Cury, por terem compreendido o objetivo desta pesquisa e pela valiosa colaboração em contar suas histórias.

À Maria Madalena da Silva Lebrão, pela amizade e orientação no Programa GoldVarb/2001.

Aos meus pais, Orlando (in memória) e Maria pelo incentivo aos meus estudos.

Ao meu marido, Alexandre, pelo amor, companheirismo e incentivo, dedicados a mim durante esta etapa de minha vida.

Ao meu filho, Matheus, pelo seu carinho e por ter compreendido minhas ausências durante a realização deste curso.

Aos colegas de curso Ana Carina, César e Paloma por terem compartilhado comigo momentos de alegria, imprevistos e aflições durante o curso.

Não existem duas
pessoas que utilizam a
língua exatamente da
mesma maneira.

André Martinet

Souza, Maisa Furtado. **A comunidade árabe: estudo da variação**. Três Lagoas, 2008. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Letras da UFMS-CPTL.

Este estudo tem como objetivo mostrar como os indivíduos da comunidade árabe transitam entre o mundo árabe e brasileiro, detalhando quais os fenômenos lingüísticos de ordem fonética e morfossintática são mais ocorrentes na comunidade de fala e quais foram os fatores extralingüísticos que influenciaram a aplicação da regra variável. O arcabouço teórico que sustenta a pesquisa está centrado na Teoria da Variação de orientação laboviana. O cópua da pesquisa foi composto por dezesseis informantes divididos nas seguintes células sociais: sexo: masculino e feminino, faixa etária: abaixo de 30 anos e superior a 50 anos; escolaridade: fundamental, médio e superior; Os dados foram transcritos conforme os recursos do Projeto NURC/SÃO PAULO de forma quantitativa de acordo com o pacote de programas GOLDVARB/2001. A interpretação dos dados comprovou que a aplicação da regra variável, resultante do cruzamento dos fatores lingüísticos e extralingüísticos aponta para a afirmação que as 1.278 ocorrências analisadas indicam que houve apenas variação na língua dos falantes da comunidade árabe, o que pode vir ou não a acarretar em mudança lingüística.

Palavras-chave: Sociolingüística, comunidade, variação.

Souza, Maisa Furtado. The Arabian community: variation study. Três Lagoas, 2008. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Letras da UFMS-CPTL.

The research study has as main purpose the presentation of how the individuals of the Arabian community move between the Arabian and the Brazilian world, detailing which linguistic phenomena of the phonetic and the morphosyntactic sort are the most current among the speaking community as well as which are the linguistic factors that has the biggest influence in the application of the changeable rule. The theoretical frame that sustain the research is centered in the Theory of Variation from the laboviana orientation. The corpus of the research has been composed by sixteen informers separated into the following social criteria: gender (male and female); age (under 30 years old and over 50 years old); scholarship (elementary school, high school and college or university). The data have been written out according to resources of the NURC/SÃO PAULO Project. The gathered data have been quantitatively analyzed according to the GOLDVARB/2001 programs package. The interpretation of this research data has vouched that the application of the changeable rule, resulting from a crossing of linguistic and extralinguistic factors, lead to the affirmation that the 1.278 analyzed occurrences indicate that changes have been occurring just among the speakers of the Arabian community, which may bring about or not some linguistic changes.

Key words: Social linguistic; community; variation.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	14
CAPÍTULO I – SITUAÇÃO HISTÓRICA.....	20
1.1 Toponímia.....	20
1.2 História de Araçatuba.....	21
1.3 A história da Imigração Árabe para o Brasil.....	22
1.4 O idioma Árabe e a imigração.....	30
CAPÍTULO II – CONCEPÇÃO DE LÍNGUA.....	32
2.1 Língua e sociedade.....	32
2.2 A Sociolingüística e a Teoria da Variação.....	34
2.3 Mudança lingüística.....	38
2.4 A variável e as variantes lingüísticas e extralingüísticas.....	41
2.5 História da Língua Portuguesa: influências Árabes.....	45
CAPÍTULO III – FENÔMENOS FONÉTICO-FONOLÓGICOS E MORFOSSINTÁTICOS.....	48
3.1 Processamento sistemático do programa GOLDVARB/2001	48
3.2 Interpretação dos fenômenos fonético-fonológicos.....	50
3.2.1 Ditongação (E).....	55
3.2.2 Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo (D).....	62
3.3 Interpretação dos fenômenos morfossintáticos.....	68
3.3.1 Flexão de número no SN (N).....	71
3.3.2 Flexão de número na relação SN + SV (S).....	77
3.3.3 Enfraquecimento do Infinitivo (P).....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
ANEXOS.....	105

TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos fatores fonético-fonológicos ditongação e apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, de acordo com a variável dependente	53
TABELA 2 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico ditongação e a variável sexo.....	57
TABELA 3 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico ditongação e a variável faixa etária.....	59
TABELA 4 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico ditongação e a variável escolaridade.....	61
TABELA 5 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo e a variável sexo.....	64
TABELA 6 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo e a variável faixa etária.....	65
TABELA 7 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo e a variável escolaridade.....	66
TABELA 8 – Distribuição dos fatores morfossintáticos flexão de número no SN, flexão de número na relação SN + SV e enfraquecimento do infinitivo de acordo com a variável dependente.....	70
TABELA 9 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número no SN e a variável sexo.....	74
TABELA 10 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número no SN e a variável faixa etária.....	75
TABELA 11 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número no SN e a variável escolaridade.....	76
TABELA 12 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número na relação SN + SV e a variável sexo.....	79
TABELA 13 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número na relação SN + SV e a variável faixa etária.....	81

TABELA 14 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número na relação SN + SV e a variável escolaridade.....	82
TABELA 15 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo e a variável sexo.....	86
TABELA 16 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo e a variável faixa etária.....	88
TABELA 17 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo e a variável escolaridade.....	89
TABELA 18 – Resultados gerais dos percentuais de variação da regra dos fenômenos fonético-fonológicos com relação aos fatores extralingüísticos...	90
TABELA 19 – Resultados gerais dos percentuais de variação da regra dos fenômenos morfossintáticos com relação aos fatores extralingüísticos.....	92

QUADROS

QUADRO A – Exemplificação de algumas ocorrências de Ditongação..... 56

QUADRO B – Exemplificação de algumas ocorrências de Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo..... 63

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Uma das particularidades da sociedade brasileira é a coexistência de culturas distintas ocupando o mesmo espaço. Nela, cada grupo étnico tem o seu valor, a sua tradição e a sua língua que são passados de geração a geração, como parte de uma herança familiar e como parte de sociabilização do seu grupo.

MacNab (1979, p.76) observa que a língua é uma parte integrante do *modus vivendi* de qualquer povo. Mesmo sendo a língua uma expressão cultural, a habilidade de se produzir uma sentença gramatical numa língua não implica que se possa manipular estas sentenças de uma maneira culturalmente aceitável. As restrições sociais sobre a escolha lingüística fazem parte da estrutura social, por conseguinte, o estudo de um determinado sistema gramatical e de normas culturais permite tratar o comportamento lingüístico como uma forma de comportamento social.

Quando se fala em família árabe no Brasil, fala-se principalmente daquela originária da Síria ou do Líbano, maiores fontes de imigrantes que começaram a chegar aqui no final do século passado. Mas, há outros países, igualmente árabes, que se identificam por terem os mesmos traços culturais, a mesma língua e a mesma religião. Ao todo são vinte e um países que integram o mundo árabe.

No caso específico da imigração árabe no Brasil, os movimentos migratórios ocorreram em sua maioria em direção aos centros urbanos do país, em virtude das atividades preferencialmente comerciais por eles desenvolvidas. Tal fato contribuiu para uma rápida aquisição da língua portuguesa, devido à premente necessidade de inserção na comunidade brasileira. Assim, a aquisição e o uso da língua portuguesa tornou-se para muitos a principal ferramenta de trabalho – para mascatear era preciso saber dialogar na língua do cliente Truzzi (2000, p.56) e Nunes (2000, p.98). Como resultado, a língua árabe, sobretudo para a primeira geração, restringiu-se praticamente ao domínio da família. Daí, Fishman (1991, p.75) ressaltar a importância do papel dos pais e dos avós para a manutenção da língua étnica, a língua herdada com a qual os imigrantes mantêm um vínculo afetivo e pela qual transmitem seus valores e comportamentos culturais.

O interesse em investigar a variação lingüística na comunidade árabe deveu-se ao fato de haver poucos estudos publicados sobre esta comunidade,

principalmente no que diz respeito à investigação sociolingüística, sobretudo em relação aos fenômenos fonético-fonológicos e morfossintáticos. Os trabalhos que mais se destacam estão concentrados nas áreas de Lingüística Aplicada ou História. Sendo assim, destacam-se os seguintes trabalhos no âmbito da pós-graduação: **Manutenção e mudança de língua: um estudo da comunidade árabe de São Paulo**, de Omar Khattab Salawedh (1997), dissertação de mestrado – UNICAMP; **O sintagma nominal no português e no árabe, seu comportamento, semelhanças e aspectos contrativos no estabelecimento de parâmetros**, de Jacyara Magalhães de Araújo De Biase (2003), dissertação de mestrado – PUC/RJ e **Das Montanhas ao cerrado: recortes sociolingüísticos da comunidade árabe em Goiânia**, de Mabel Pettersen Prudente (2006), dissertação de mestrado – UFG.

E por fim, uma outra razão plausível está centrada na necessidade de um estudo dessa variedade, tendo em vista que pelo número significativo de migrantes chegados a Araçatuba desde meados do ano de 1914, esse falar pode estar passando por um processo de mudança.

É necessário ressaltar que a principal relevância deste estudo é contribuir para o mapeamento da situação lingüística da comunidade árabe, verificando questões variacionistas, como forma de compreender, por meio de procedimentos sociolingüísticos, a fala dos imigrantes árabes e descendentes residentes em Araçatuba.

A realização deste trabalho tem como objetivos: 1. Mostrar como os indivíduos da comunidade árabe de Araçatuba transitam entre o mundo árabe e brasileiro, detalhando quais os fenômenos lingüísticos de ordem fonético-fonológica e morfossintática são mais ocorrentes na comunidade de fala; 2. Interpretar quantitativamente os dados coletados para evidenciar quais são os fenômenos lingüísticos que apresentam maior variação com relação aos fatores extralingüísticos: sexo, faixa etária e escolaridade; 3. Constatar se, nos momentos de atualização da fala, a aplicação da regra variável é mais ocorrente que a preservação da regra.

Segundo dados da ARCA – Associação Regional da Comunidade Árabe, atualmente há cadastradas cento e vinte famílias de origem libanesa, síria e palestina. No total são, aproximadamente, seiscentas pessoas de origem árabe procurando preservar sua origem, cultura e costumes.

O corpus buscou na comunidade eleita a língua real, segundo Scherre (2005, p.43) “A língua real – sistema transmitido de geração em geração em circunstâncias naturais – é de riqueza e de complexidade ímpares, que ainda não se deixou descrever nem explicar, na sua totalidade, pelos lingüistas mais brilhantes”.

A vertente teórica que sustenta este estudo é a Teoria da Variação de orientação laboviana, cujo propósito é descrever a língua e seus determinantes sociais e lingüísticos, considerando as variações inerentes ao sistema lingüístico. Esse modelo teórico-metodológico discute a concepção de língua que as correntes anteriores, especificamente o estruturalismo e o gerativismo, pregavam.

O modelo teórico-metodológico variacionista busca a ordenação da heterogeneidade e considera a variação inerente ao sistema lingüístico, sistemática, regular e ordenada. Propõe-se explicá-la, descrevê-la, relacionando-a aos contextos social e lingüístico, como diz Labov (1972, p.223).

Para a constituição do corpus foram selecionados dezesseis informantes divididos nas seguintes células sociais: **Sexo**: feminino (**F**) e masculino (**M**); **Faixa Etária**: inferior a 30 anos (**a**) e superior a 50 anos (**b**); **Escolaridade**: fundamental (**c**), médio (**d**) e superior (**e**).

O critério de eleger os informantes com idade abaixo de 30 anos contemplou descendentes de 2ª e 3ª geração; e acima de 50 anos, possibilitou que o estudo fosse realizado com pessoa nascidas no Líbano, que vieram para Araçatuba na adolescência e descendentes de 1ª geração, o que tornou mais representativo o corpus e mais rica a pesquisa.

A escolha da escolaridade, divididas nos três níveis: fundamental, médio e superior foi motivada pelo fato de não conter nesta comunidade específica pessoas analfabetas, então o nível fundamental contempla os informantes que possuem pouca escolaridade, porém alfabetizados.

A comunidade estudada está inserida em uma comunidade maior, então se verificou que não há fenômenos lexicais distintos que a caracterize, como também se observou nas entrevistas realizadas, que mesmo entre as famílias, a língua árabe é pouco falada, ficando mais restrita ao diálogo íntimo entre os casais, sendo que em muitos casos os filhos não participam deste diálogo. Portanto, não houve ocorrências de variação no campo lexical, ficando o trabalho restrito à análise das variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas.

Pela própria natureza da comunidade eleita e pelos objetivos propostos, não se estratificou a comunidade pelo fator extralingüístico de classe social, uma vez, que todos os informantes pertencem a uma mesma classe social, não havendo disparidade socioeconômica entre eles.

A metodologia aplicada partiu, essencialmente, de entrevistas gravadas nas residências dos informantes, com gravador digital. Coletado os dados, estes foram transcritos conforme os recursos do projeto NURC/São Paulo e, para a manipulação dos dados, foi utilizada a primeira etapa dos subprogramas do pacote GOLDVARB/2001 que se destina a levantar o percentual variacional dos fenômenos lingüísticos e extralingüísticos elencados nesta dissertação, de modo que fosse possível demonstrar através de tabelas quais foram os dados estatísticos reais concernentes à variação lingüística encontrada na comunidade árabe em estudo.

Para levantar e sistematizar os fenômenos lingüísticos presentes na fala da comunidade em estudo foram realizadas entrevistas cujas questões conduziram os entrevistados a narrar fatos de sua história passada e presente, pois se acredita que através de narrativas os aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos são mais perceptíveis, tais como os fatores que foram encontrados nessas narrativas e que foram objeto de estudo nesta dissertação.

Os dados que compuseram o *cópus* desta dissertação somaram um total de 1.120 ocorrências, sendo 211 relativas à questão fonético-fonológica, divididas nos seguintes fatores: Ditongação (**E**) – 105 ocorrências e o Apagamento da Oclusiva Dental /d/ no Grupo *ndo* (**D**) – 106 ocorrências. O número total dos fenômenos morfossintáticos foi de 909 ocorrências, sendo 258 ocorrências do fator Flexão de Número no SN (**N**), 339 ocorrências de Enfraquecimento do Infinitivo (**P**) e 312 ocorrências de Flexão de Número da relação Sintagma Nominal + Sintagma Verbal (**S**).

Este estudo também vem confirmar a assertiva de que toda comunidade de fala há variação. Como assevera Ilari & Basso (2006, p.66), “[...] o português do Brasil está mudando de geração para geração[...]

E se para Weinreich, Labov & Herzog (2006, p.98) “[...] nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade”, o presente trabalho parte do conjunto formado pelos grupos de fatores lingüísticos composto pela variável

dependente e, pelos fatores extralingüísticos, visando realizar uma análise pelo viés da variação lingüística.

Outros trabalhos realizados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPTL, sob a orientação do Professor Doutor Dercir Pedro de Oliveira e o projeto ALMS (Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul) serviram de base metodológica para este trabalho por fazerem parte da mesma linha teórica: estudo da variação lingüística, tais como: **A língua dos Kaiowa/Guarani: interferências, empréstimos lingüísticos e xenismos**, José Filho (2002); **A fala da comunidade de São Benedito: estudo quantitativo**, Silva (2003); **A fala da comunidade de Pouso Alto: estudo sociolingüístico**, Lebrão (2003); **Variação lingüística: a comunidade de Ingazeira**, Pires (2003); **Regionalismos em comunidade gaúcha: o caso de Dourados(MS)**, Bodnar (2006) e **Variação lingüística: o caso de Furnas da Boa sorte**, Andrade Filho (2007).

Sobre a importância de estudos variacionistas no Brasil, diz Oliveira (2007, p.12):

[...] é imperioso afirmar que as descrições sociolingüísticas, principalmente as que têm por base a Teoria da Variação Laboviana e as elaborações dos Atlas Lingüísticos regionais e do Brasil, darão cabo das diversidades lingüísticas do Brasil já em circunstâncias bem avançadas.

Cada variante estudada, nas diversas variedades dialetais do português brasileiro, constitui-se em mais uma peça da montagem do quebra-cabeça lingüístico, numa tentativa de obter-se um perfil mais concreto da diversidade da língua portuguesa no Brasil. Assim, este é mais um trabalho empreendido com o propósito de ampliar os estudos lingüísticos no Brasil, contribuindo para a expansão da realidade sociolingüística do Brasil.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. Após as considerações introdutórias, segue o primeiro capítulo que versa sobre a situação histórica em que a comunidade em estudo está inserida. Faz parte também deste capítulo a história da imigração árabe para o Brasil, em que há uma descrição dos fatos que motivaram a migração dos povos árabes.

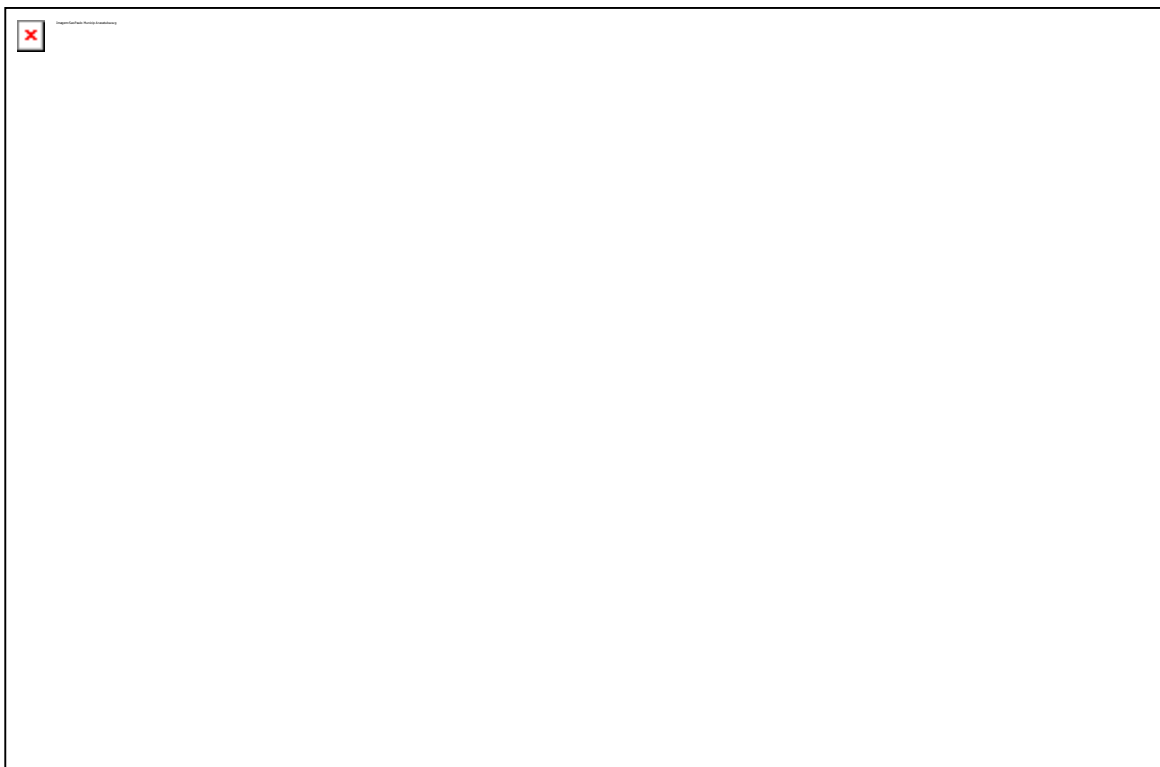
No segundo capítulo há uma explanação sobre a concepção de língua e sociedade, Teoria da Variação, mudança lingüística, variáveis e variantes lingüísticas e extralingüísticas, bem como as influências da língua árabe na língua portuguesa. Todas estas abordagens alicerçam teoricamente o presente trabalho.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados coletados na comunidade em estudo, apresentada através do pacote de programas GOLDVARB/2001, responsável pela sistematização e indexação desses dados. Neste capítulo os resultados do cruzamento das variáveis lingüísticas (fatores fonético-fonológicos e fatores morfossintáticos) com as variáveis extralingüísticas (sexo, faixa etária e escolaridade) são comparados a outros estudos sociolingüísticos, que têm como ponto de partida o estudo da variação lingüística.

CAPÍTULO I – SITUAÇÃO HISTÓRICA

Araçatuba é um município do estado de São Paulo, que se localiza a uma latitude 21°12'32" sul e a uma longitude 50°25'58" oeste, estando a uma altitude de 390 metros. A população estimada em 2007 foi de 181.143 habitantes, conforme dados do IBGE.

Localização do município de Araçatuba:



1.1 Toponímia

Araçatuba é vocábulo indígena que significa abundância de araçás. Do tupi *araçá*: uma espécie de fruta silvestre; e *tyba*: grande quantidade, abundância.

1.2 História de Araçatuba

A história de Araçatuba está ligada intrinsecamente à construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Esta estrada, que no início do século fez parte de uma política que visava a interiorização do país e sua ligação com outros países da América do Sul, teve seus trabalhos iniciados no dia 15 de novembro de 1904, com a construção do trecho que ligava Bauru à cidade de Itapura, localizada nas barrancas do rio Paraná.

No dia 2 de dezembro de 1908, os trilhos chegaram até o km 280, onde foi montado um acampamento. Um vagão deixado neste local serviu provisoriamente como estação. Deste acampamento nasceu a cidade de Araçatuba. Pela boa qualidade das terras desta região, muitas famílias de agricultores vindas de outras regiões do estado de São Paulo aqui se instalaram, eram elas as famílias: Viol, Pavan, Cela, Bertoli, Saran, Geraldi, Caputi e outras.

Além das doenças, os índios Caingangues que aqui já habitavam, se constituíam em obstáculo ao desenvolvimento das terras ainda virgens. No início dos anos 20, Araçatuba, apesar do bom desenvolvimento, ainda pertencia à comarca de Penápolis. Em 8 de dezembro de 1921, foi promulgada a Lei estadual 1812, que concretizava o sonho de autonomia daqueles que já habitavam o novo e progressista Município. Em 19 de fevereiro de 1922 às 20 horas, em Sessão Solene, deu-se a instalação da Comarca Municipal e a posse dos primeiros vereadores, conforme Pinheiro & Bodstein (1997, p. 35).

O Município foi se desenvolvendo, e passou por vários ciclos econômicos. O primeiro foi o do café, a seguir o do Algodão e, a partir dos anos 50, veio o da pecuária, que predomina até os dias de hoje, dividindo sua importância, atualmente, com o setor sucro-alcooleiro.

1.3 A história da Imigração Árabe para o Brasil

Desde os grandes descobrimentos, o curso da civilização ocidental foi fortemente condicionado por um fator – a fronteira aberta – propiciando grandes espaços vazios para serem ocupados e, dando assim, início aos movimentos transoceânicos de populações européias rumo às Américas, de acordo com Petrone (1985, p. 43). Entretanto, a grande migração transoceânica de dimensões nunca antes vista para as Américas e para o Brasil, ocorreu após 1880 e estendeu-se até as três primeiras décadas do século XX. Neste período mais de 31 milhões de imigrantes chegaram ao novo continente atraídos pelo sonho de fazer a América e entre eles estavam os primeiros cristãos oriundos do Império Otomano, conforme Klein (2000, p.90).

Não é fácil determinar com precisão quando os primeiros árabes aportaram no Brasil, pois não havia na época registros oficiais nos portos de embarque dos países de origem e nem nos portos de desembarque do Rio de Janeiro ou de Santos, mas conforme relatos orais dos imigrantes pioneiros, o ano de 1887 ficou marcado como a data da chegada do primeiro grupo de imigrantes cristãos árabes, a maioria oriunda de *Zahle*, cidade do distrito otomano de Monte Líbano, com destino ao Rio de Janeiro, em Nunes (2000 p. 99).

Há muita imprecisão também nos dados referentes ao número de sírios e libaneses que entraram no Brasil ou em outros países do continente americano. Segundo Naff (1983, p.78) e Truzzi (2000, p. 45), no início da imigração, os sírios e os libaneses foram registrados como turcos, turco-árabes, turco-asiáticos, sírios ou libaneses e pode-se afirmar que tais categorias incluíam indivíduos de outras origens e nacionalidades, dentre elas os armênios, os egípcios, os marroquinos e os argelinos. Apesar de as estatísticas terem sido claramente distorcidas pela nomenclatura utilizada para classificar os imigrantes árabes que entraram no Brasil, estima-se que até o período que antecedeu a Segunda Grande Guerra, 106.088 de árabes tenham emigrado para o Brasil, o que representava apenas 2,5% do total dos 4.195.832 imigrantes que aqui chegaram, em sua maioria composta de italianos, seguidos pelos portugueses, espanhóis, japoneses, alemães e russos e de contingentes menores de variadas origens tais como austríacos, poloneses, romenos, franceses, lituanos, ingleses, iugoslavos, argentinos, de acordo com Knowlton (1961, p. 40).

A imprecisão dos dados sobre o número e os locais de origem dos imigrantes árabes se deve, entre outras explicações, ao fato de que “até o final do primeiro conflito mundial, quando boa parte do fluxo migratório já havia ocorrido, a região hoje ocupada pelos Estados da Síria e do Líbano pertenciam ao Império Turco Otomano”, como diz Truzzi (2000, p.89), e, portanto, os emigrantes oriundos dessas regiões eram portadores de passaportes turcos. Devido a esse fato, os imigrantes de origem síria e libanesa e seus descendentes ficaram impropriamente conhecidos como turcos, não apenas no Brasil, mas em toda América Latina.

A imigração árabe para o Brasil ocorreu em movimentos de fluxos e refluxos, iniciando-se lentamente nas duas últimas décadas do século XIX e atingindo seu apogeu no ano de 1913 com 11.10122 entradas. Esse número decresceu sensivelmente durante a Primeira Grande Guerra e voltou a aumentar na década de 1920, mas não teve o mesmo vigor dos anos anteriores, parte em razão das políticas restritivas à imigração adotadas pelo governo brasileiro, que tanto promoviam um sentimento de antiestrangeirismo, como responsabilizavam os imigrantes pela crise do mercado de trabalho nacional ocasionada pela queda dos preços dos produtos primários brasileiros no mercado mundial.

Em dezembro de 1930, Getúlio Vargas emitiu um decreto impondo limitações à imigração com o intuito de disciplinar o número de estrangeiros entrando no país, pois a “afluência desordenada de imigrantes” seria a responsável pelo desemprego verificado entre as populações urbanas e, ao mesmo tempo, obrigava as empresas a terem pelo menos dois terços de empregados brasileiros, conforme Petrone (1985, p. 123). A Constituição de 1934 estabelece o sistema de quotas, limitando a entrada de imigrantes ao máximo anual de 2% de cada nacionalidade. As constituições de 1937 e 1946 continuam mantendo o sistema de cotas nos mesmos percentuais que têm como objetivo evitar a concorrência da mão-de-obra estrangeira com a população nativa. Havia, também, o temor de que a entrada de imigrantes pudesse colocar em risco os interesses nacionais como “ter reputação duvidosa, opiniões políticas consideradas subversivas e, também, grupos étnicos de difícil assimilação, que poderiam constituir-se em quistos dentro da sociedade que os recebia”, em Nunes (2000, p. 96).

Os imigrantes de “raça amarela” foram atingidos mais intensamente por todas essas medidas restritivas, pois os debates políticos se pautavam na

equivocada ideologia da supremacia da raça branca sobre as demais e tinham a intenção de “branquear o Brasil que estava muito mulato e muito negro”, em Ianni (1966, p.88). Os sírios e os libaneses, portadores de passaportes emitidos pela Turquia, considerado um país asiático, eram, às vezes, considerados também asiáticos e, por extensão, “amarelos”. Portanto, naquele momento histórico, os grupos étnicos formados por italianos e alemães tinham melhor aceitação, em Nunes (2000, p.111).

Segundo Petrone (1985, p.100) as políticas brasileiras em relação aos imigrantes sempre foram ambíguas. Em alguns momentos estimulou a imigração quando se entendia que a mão-de-obra estrangeira era necessária para promover o desenvolvimento do país. Em diferentes épocas os governos federal e estadual financiaram passagens ou doaram lotes de terras aos imigrantes como no caso dos alemães, italianos e japoneses. Em outros momentos, restringia a entrada daqueles que contrariavam os interesses de alguns grupos políticos e econômicos. Cabe ainda colocar que houve sempre a tendência de se pensar que o imigrante ao chegar ao país de adoção deveria assimilar incondicionalmente a cultura do país em troca dos benefícios que a nova pátria oferecia. Em nome de uma “suposta” unidade nacional, a diversidade cultural proveniente do contato entre os variados grupos étnicos que formaram a nossa nação foi em diversos momentos abafada e em alguns casos medidas extremas foram tomadas a exemplo dos imigrantes alemães, japoneses e italianos que tiveram suas escolas, sociedades culturais e imprensa fechadas como resultado da campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo. A entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra, em 1943, ao lado dos Aliados contra os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão –, implicou no uso de mais medidas repressoras contra os imigrantes oriundos desses países.

Dessa forma, em consequência da crise mundial da década de 30 e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial que isolou a Europa da América, a imigração internacional e, conseqüentemente, a imigração árabe para o Brasil entre 1929 e 1945 atingiu seus níveis mais baixos desde o início da migração maciça, em Klein (2000, p.78) e Nunes (2000, p.67). Após esse período de declínio da imigração árabe para o Brasil e com sua interrupção durante a Segunda Guerra, a entrada de imigrantes árabes no Brasil entre 1946 e 1984 foi quatro vezes menor que no

período anterior e predominaram os de origem libanesa e em pequeno número os jordanianos, sírios, egípcios, turcos, marroquinos, palestinos, dentre outros.

Assim, como a grande massa de imigrantes que entrou no país foi destinada à região Sul e Centro Sul do Brasil, os imigrantes árabes concentraram-se no Estado de São Paulo. Segundo Knowlton (1961, p.66), no período entre 1908 e 1939 mais de 50% do total dos imigrantes árabes estabeleceram-se na capital paulista e no interior do estado, que desde o início da imigração foram importantes centros de atração para os sírios e libaneses. Essa tendência permaneceu nos anos subseqüentes e de acordo com Nunes (2000, p.130), “a colônia árabe em São Paulo é a maior e a mais próspera do Brasil”. A outra metade dos imigrantes árabes dirigiu-se para os diversos estados da federação brasileira, desde a cidade de Manaus até os pampas gaúchos.

Embora não se possa afirmar com exatidão o número de emigrantes que deixou a Síria, sua destinação e locais de origem, as informações sobre os motivos que levaram os sírios imigrarem para o Egito, Austrália, América do Norte ou do Sul são bem mais conhecidos. De acordo com Saliba (1983, p.73), “a vasta maioria deixou a Síria por razões econômicas e apenas uma pequena parte o fez em função de perseguições políticas ou religiosas”.

Para melhor compreensão dos motivos da imigração árabe para o Brasil, é necessário considerar o cenário político, econômico e social dos países árabes de onde procederam os indivíduos que deram origem à atual comunidade de Araçatuba aqui estudada.

No aspecto político, Síria, Líbano e palestina, como outros países árabes, pertenciam ao Império Otomano¹. Durante quase quatro séculos, os árabes, que na maioria são muçulmanos, não se revoltaram contra os turcos porque os muçulmanos, em geral, são ordenados pela religião a obedecer ao regime islâmico vigente, independentemente da sua origem étnica, para manter a unidade da nação islâmica. Enfraquecido pelas guerras com seus vizinhos, nas quais milhares de

¹ Império Otomano (1326-1923): nome derivado de Otman, um chefe turco, que reinou entre as tribos turcas de 1281 a 1326. Originários provavelmente do norte da China, os turcos haviam-se convertido ao Islamismo no século XI e criaram um império que se estendia do Rio Indo ao Mediterrâneo. No fim do século XVII, inicia-se um período de decadência. Apesar da repressão brutal às reivindicações autonomistas, o governo otomano não evita o progressivo desmembramento do império. A aliança com a Alemanha na I Guerra Mundial sela sua sorte. Derrotado, o governo otomano perde as possessões no oriente Médio e África.

jovens árabes foram levados à morte, e incapaz de acompanhar os passos acelerados da revolução industrial européia, o Império Otomano no período próximo a sua extinção passou a ser chamado de “o homem doente da Europa”.

Com o declínio do seu império, os otomanos passaram a considerar suas colônias árabes como um peso adicional sobre seus ombros já exaustos. Em vez de conceder a independência a essas colônias, os otomanos optaram simplesmente por negligenciá-las, o que resultou no espalhamento de ignorância e miséria entre os povos árabes. Eles também seguiram a famosa estratégia de “dividir para reinar” tornando mais agudos os conflitos religiosos entre os árabes cristãos e muçulmanos.

Os historiadores árabes concordam que o começo do declínio do Império Otomano marca o início da “*Nahda*” (literalmente “elevação”) ou do “renascimento” cultural e político árabe. A imigração árabe colocou-se como inevitável para a sobrevivência da *Nahda*. Era necessário que a *Nahda* dispusesse de um lugar neutro, longe da Europa que estava indiretamente envolvida nos conflitos árabes locais e de olho na herança do Império Otomano.

Parte da emigração de sírios e libaneses é atribuída aos fatores políticos e religiosos, embora esse último seja um pouco controverso. A explicação para a emigração baseada nas diferenças religiosas entre muçulmanos e cristãos na Grande Síria² ainda é bastante polêmica, pois os conflitos religiosos foram fomentados para servir aos interesses políticos europeus no Extremo Oriente. Muçulmanos temerosos que não pudessem manter suas tradições islâmicas em uma sociedade ocidental cristã se sentiram desencorajados a emigrar para as Américas e, inicialmente parte deles foi para o Egito e apenas a partir de 1908 começaram a chegar ao novo mundo.

O início da Primeira Guerra Mundial marcou para os povos árabes uma nova e frustrante tentativa de independência, que culminou na divisão de seu território entre as duas grandes potências da época: França e Inglaterra. A luta pela independência foi longa e penosa, envolvendo tanto perdas materiais como humanas, e foi apenas alcançada pela Síria e pelo Líbano em 1948 quando o mandato da França sobre eles expirou. Em 1920 a França exercia domínio sobre

² Ato final da Primeira Grande Guerra Mundial, a região do Império Otomano considerada como a Grande Síria, incluía a Síria e o Líbano nas suas fronteiras.

Marrocos, Argélia, Tunísia e Síria, incluindo Monte Líbano. A Inglaterra, por sua vez, dominava o Egito, o Sudão, a Palestina, a Transjordânia, o Iraque e a costa oriental e sul da Península Árabe. Apenas a Arábia Saudita e Iêmen se mantinham independentes, pois a Inglaterra também mantinha forte influência na Líbia. Naff (1983, p. 70).

Em troca da ajuda militar aos aliados na Primeira Grande Guerra, a Síria seria a base para uma independente e unificada nação árabe. Entretanto, ela foi artificialmente dividida em uma colcha de retalhos, isto é, não foram respeitadas as fronteiras que demarcavam as diferenças étnicas, políticas e religiosas da região. O Grande Líbano e a Transjordânia – atual Jordânia – ficaram sob o domínio dos cristãos maronitas, apoiados pelos franceses, e uma terra foi prometida aos judeus na Palestina. Tal divisão causou insatisfação ao povo árabe, recrudescendo as antigas diferenças e gerando novos ressentimentos sob o domínio das nações ocidentais.

Em suma, toda a região denominada de Oriente Médio tem sido marcada por conflitos religiosos, étnicos e por disputas territoriais que vêm se arrastando por um longo período de tempo, fatos esses apresentados aqui de forma bastante resumida, em virtude da complexidade da história desses povos e pelos objetivos desta investigação. O Líbano, em particular, em sua mais recente história, tem vivido em constante estado de guerra, tanto nas suas fronteiras como dentro de seu próprio território. A partir de 1958 o Líbano viveu uma guerra civil causada pela disputa de poder entre os diversos grupos religiosos do país formados de cristãos e muçulmanos. Para impedir que o estado libanês se desintegrasse, os Estados Unidos da América intervieram na região e só retiraram suas tropas após protestos por parte da antiga União Soviética e a pedido da ONU (Organização das Nações Unidas).

Embora o movimento migratório respondesse às pressões socioeconômicas, demográficas, religiosas e políticas, havia também outros fatores que contribuíram para que a emigração efetivamente ocorresse. Pode-se destacar entre eles o sonho de enriquecimento nas Américas e a iniciativa dos investidores e recrutadores representantes das companhias de navegação.

Os primeiros imigrantes eram em sua maioria homens solteiros e jovens, mas logo os casados acompanhados ou não da família também começaram a

emigrar. Eles eram pequenos comerciantes, artesãos e agricultores e apenas alguns eram intelectuais ou profissionais especializados, em Saliba (1983, p.90), Truzzi (2000, p.65) e Nunes (2000, p.71). Grande parte deles era pobre, mas não totalmente destituídos de recursos econômicos. Segundo Naff (1983, p.44) e Ahdab-Yehia (1983, p.37) a emigração era, geralmente, uma questão familiar, uma decisão tomada coletivamente e financiada com os recursos da família. Emigrar era um investimento que representava riqueza e prestígio tanto para as famílias como para os emigrantes que retornassem às suas vilas.

Desde o início da imigração árabe no Brasil, eles fizeram a opção pelo comércio e podemos afirmar, de forma concisa, que essa se deu fundamentalmente por dois motivos básicos: o desconhecimento das técnicas locais de manejo da terra e o desejo de enriquecimento rápido para retornarem ao país de origem. “Embora estivessem em sua maioria vinculados à atividade rural em seus locais de origem, ao chegarem em São Paulo se depararam com um sistema de lavouras em tudo diferente do que conheciam”, segundo Truzzi (2000, p.320). E ao que tudo indica, não possuíam capital suficiente para comprar terras e, assim, teriam de se fixarem como colonos por um período de pelo menos duas gerações até amalharem dinheiro suficiente para ter acesso a algum tipo de propriedade. Ainda segundo o autor, sendo eles solteiros e determinados a retornar à terra de origem assim que tivessem dinheiro suficiente para viabilizar a vida, desenvolveram inicialmente atividades comerciais trabalhando como mascates. Essa atividade além de não demandar capital inicial substancial, não exigia também muito conhecimento da língua portuguesa ou de formação profissional específica.

Como mascates eles ampliaram muito seu campo de trabalho, embrearam-se pelos sertões, percorrendo fazendas e negociando com os colonos, fazendo concorrência direta ao armazém do patrão, pois as condições que os mascates ofereciam eram mais tolerantes e acessíveis ao bolso do colono. Tal circunstância explica também o estabelecimento de muitas famílias de sírios e libaneses em pequenas cidades dispersas ao longo do interior paulista.

A escolha pela atividade da mascateação oferecia muitas vantagens, além daquelas acima mencionadas. E a mais importante delas era a grande probabilidade de após alguns anos de trabalho acumular certo capital, que era o objetivo primeiro do imigrante árabe. Outra vantagem era: assim que colocavam os

pés no Brasil já podiam começar a trabalhar e o fantasma do desemprego que assombrava muitos dos imigrantes de outras etnias não os ameaçava.

O último elemento que merece destaque na imigração árabe para o Brasil, está relacionado ao contínuo processo de realimentação da comunidade que representou a chamada de parentes e conterrâneos pelos que já estavam aqui estabelecidos. Assim que alguns conseguiam se estabelecer, solicitavam a vinda de parentes e pessoas ligadas à família e o processo de “corrente familiar de migração” recomeçava.

Esse efeito corrente foi responsável pela ampliação e pelo crescimento dos negócios da colônia, pois não ficou limitado apenas ao núcleo familiar, permitindo assim aos “patrícios” há mais tempo estabelecidos a possibilidade de alcançar posições estratégicas do comércio atacadista ou da indústria ligada ao setor. Segundo Truzzi (2000, p.145), no caso dos sírios e libaneses fica bem em evidência a capacidade que eles tiveram em articular redes de emprego, indicações, subcontratações e negócios, preferencialmente entre conterrâneos e parentes, construindo, dessa forma, verdadeiros feudos étnico-ocupacionais. À medida que foram tendo sucesso, muitos imigrantes que começaram a vida como mascates e pequenos comerciantes, viram-se na condição de empresários industriais e comerciantes.

Atualmente, há cerca de oito milhões de sírios, libaneses e palestinos em todo território nacional. Porém, a maior concentração dos imigrantes e seus descendentes é no estado de São Paulo, uma vez que estes imigrantes que vieram para o Brasil não buscavam as fábricas ou as propriedades agrícolas. Dedicaram-se especificamente ao comércio e às pequenas indústrias, em Hajjar (1985, p.33).

Em Araçatuba, os primeiros registros de imigração árabe datam de 1914, com a vinda do primeiro imigrante, cujo nome era Abrão Cury, vindo do Líbano. Chegando aqui, aos 18 anos, no início da fundação da cidade, abriu a primeira casa comercial “Nossa casa”, onde se vendia de tudo: grãos, tecidos, ferramentas, entre outros produtos. Após alguns anos, mandou buscar sua família no Líbano: pai, mãe e irmãs. E assim se tornou um próspero comerciante, contribuindo para o desenvolvimento de Araçatuba.

Segundo dados da ARCA – Associação Regional da Comunidade Árabe de Araçatuba, fundada em 2001, na década de 20, nove famílias emigraram, na

década de 30, cinco famílias e na década de 50, quatro famílias. Hoje, a ARCA tem cadastradas 120 famílias de origem libanesa, síria e palestina. No total são, aproximadamente, 600 pessoas de origem árabe procurando preservar sua origem, cultura e costumes, no Noroeste do Estado de São Paulo.

1.4 O idioma Árabe e a imigração

Os primeiros imigrados chegados ao Brasil logo se interessaram em preservar a língua e a cultura originais. Para tanto, seria necessária a implantação de cursos e mesmo de escolas de cultura árabe em diferentes níveis, mas isso não ocorreu.

Como a grande maioria dos imigrantes estabeleceram-se em cidades e entraram para o comércio e para a indústria, era difícil preservar o idioma árabe. Houve, ainda, pouca resistência entre eles em substituir o árabe pelo português, já que o idioma nacional era indispensável às suas atividades comerciais.

Nesse primeiro período da imigração (1880-1945), desempenharam papel importante no ensino e na perpetuação da língua árabe no Brasil os homens religiosos que vinham representar as suas igrejas e acompanhar os seus fiéis na terra de imigração (Hajjar, 1985, p.62).

A questão das escolas e língua árabe no Brasil caracteriza um dilema vivido pelo imigrante árabe em estudo. Este imigrante anseia por não se descaracterizar e teme muito perder contato com suas origens. Ao mesmo tempo, também anseia por integrar-se à sociedade brasileira, na qual se sente engajado e participante. Esse dilema do imigrante árabe acirra-se ainda mais na segunda geração da imigração, ou seja, no filho brasileiro do imigrante árabe. Este nega com mais intensidade o seu vínculo com a arabidade para não viver o conflito que foi e é vivido por seus pais.

Isso pôde ser observado na comunidade árabe estudada, pois nas entrevistas ficou claro que na Associação Árabe de Araçatuba os imigrantes tentaram impor cursos do idioma árabe para seus filhos e descendentes, porém não obtiveram sucesso, uma vez que os mesmos não tiveram muito interesse em

frequentar estes cursos, por não fazerem uso do idioma no seu dia-a-dia, que na maioria dos casos, como foi observado, fica restrito às conversas íntimas dos casais ou quando mantêm contato com parentes nos países de origem.

Quem vai compreender melhor esse conflito e chegar mais próximo de sua solução é a terceira geração, ou seja, o neto do árabe no Brasil. Este busca um retorno às origens para uma compreensão pessoal do seu papel enquanto brasileiro de origem árabe. Deixa de ser a brasilidade utópica de seu pai ou de seu avô e passa a ser uma busca real de sua identidade enquanto brasileiro árabe, que irá formar uma unidade brasileira com o brasileiro-europeu e o brasileiro-asiático.

Como afirma Hajjar (1985, p.64):

Quando, no amanhã, todos os brasileiros imigrantes puderem integrar a sua origem e suas raízes ao cotidiano brasileiro, e no seu próprio cotidiano enquanto pessoas, teremos assegurada a idoneidade e a cidadania brasileira através de uma constituição psíquica harmoniosa, sadia e sem culpas ou provas.

CAPÍTULO II – CONCEPÇÃO DE LÍNGUA

2.1 Língua e sociedade

Para se iniciar um estudo sobre língua é necessário, antes de nada, refletir sobre a natureza da linguagem humana, no sentido de percebê-la em suas características essenciais. Dois aspectos devem, então, de imediato ser postos em discussão: o primeiro relacionado ao caráter eminentemente social dos fatos lingüísticos e o segundo, à percepção da variabilidade a que tais fatos estão continuamente submetidos.

Não é nada novo dizer que língua e sociedade são duas realidades que se inter-relacionam de tal modo, que é impossível conceber-se a existência de uma sem a outra, uma vez que a finalidade básica de uma língua é a de servir como meio de comunicação e, por isso mesmo, ela costuma ser interpretada como produto e expressão da cultura de que faz parte.

No entanto, a lingüística, ciência cujo objeto material é a descrição das línguas, nem sempre incluiu no seu escopo a preocupação com os aspectos de natureza social.

Saussure, que é considerado o precursor da lingüística moderna, ao estabelecer a dicotomia língua (*langue*) e discurso (*parole*), não soube dar conta dos fatos do discurso em virtude do caráter multiforme e heteróclito que o define. Sendo assim, Saussure estabeleceu um corte metodológico, determinando que o objeto de estudo da lingüística teria de ser a *langue*, concebida como um sistema regido por leis próprias e dotado, pois, de uma certa homogeneidade.

Desta dicotomia saussureana originou-se um paradoxo. Labov (1972, p. 76) interpreta que, de acordo com o pensamento de Saussure, se todos os falantes possuem um conhecimento da língua (*langue*), desde que esta é um sistema que existe virtualmente em cada cérebro, seria possível obter dados para a descrição a partir do testemunho de um único falante. E, de maneira oposta, os dados para se estudar o discurso (*parole*) só poderiam ser obtidos mediante o exame do comportamento dos indivíduos no uso da linguagem, ou seja, num contexto social.

Assim, partindo-se de um único indivíduo, seria possível analisar-se o lado social da linguagem, mas somente pela interação de duas ou mais pessoas se poderia estudar o aspecto individual.

Na seqüência do pensamento saussureano surgiram concepções lingüísticas bastante divergentes entre si, como o mecanismo de Bloomfield, a teoria glossemática de Hjelmslev e o gerativismo de *Chomsky*, com apenas um ponto em comum: a concepção de língua como um sistema homogêneo.

Contra esta posição homogeneizadora insurgiu-se a sociolingüística, tentando provar a premissa oposta, ou seja, a de que a variação é essencial à própria natureza da linguagem humana e, sendo assim, dado o tipo de atividade que é a comunicação lingüística, seria a ausência de variação no sistema o que necessitaria ser explicado. Conforme observa Gadet (*apud* MONTEIRO, 2000, p.57), “o modelo laboviano permitiu compreender que as estruturas variantes, muito mais do que as invariantes, revelam padrões de regularidade que, de tão sistemáticos, não podem ser devidos ao acaso”.

Labov (1972, p.89) introduz alguns conceitos teórico-metodológicos de extrema importância para esta pesquisa. Segundo o autor, todo sistema lingüístico é dotado de um conjunto de regras que não podem ser violadas, sob pena de dificultar ou mesmo inviabilizar a compreensão dos enunciados. A esse conjunto de leis internas se costuma dar o nome de regras categóricas (i.e. regras lingüísticas que sempre se aplicam). Mas, além das regras categóricas, existem em abundância as regras variáveis – conceito que é utilizado para substituir a noção de regra opcional do Estruturalismo, na medida em que não pressupõe variação livre, mas, sim, sistemática.

Segundo Monteiro (2000, p.15), as primeiras intenções de se delimitar o campo da sociolingüística foram infrutíferas, pois nem mesmo Bright (1966, p.78) e Fishman (1972, p.93), que foram os pioneiros, conseguiram defini-la com precisão.

Mas, a respeito da variação livre, Fischer e Bright compartilham as mesmas concepções de Labov (*apud* MONTEIRO, 2000, p.16):

“Variação livre” é naturalmente uma denominação e não uma explanação, pois não nos mostra a origem das variantes e nem porque os falantes as usam em proporções divergentes. A variação livre é, antes, um

meio de se excluir tais questões da esfera da pesquisa imediata. (Fischer)

... os sociolingüistas rompem incisivamente com uma tendência lingüística: a de tratar as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura; sob este ponto de vista, que vem sendo reconhecido atualmente como pernicioso, as diferenças encontradas nos hábitos de fala de uma comunidade eram encobertas como “variação livre”. Uma das maiores tarefas da sociolingüística é demonstrar que na verdade tal variação ou diversidade não é “livre”, mas correlacionada a diferenças sociais sistemáticas. (Bright).

2.2 A sociolingüística e a Teoria da Variação

Na década de sessenta, surge a Teoria da Variação ou Sociolingüística Quantitativa, desenvolvida a partir da proposta de Weinreich, Labov e Herzog (1968, p.76), com o objetivo de descrever a língua e seus determinantes sociais e lingüísticos, levando em conta seu uso variável.

Para eles um modelo de língua que acomodasse os fatos de uso variável, com seus determinantes sociais e estilísticos, não somente conduziria a descrições mais adequadas da competência lingüística, como também produziria uma teoria da mudança da língua que superasse os paradoxos com os quais os lingüistas históricos vinham-se debatendo há mais de meio século.

A Teoria da Variação enfatiza a variabilidade e concebe a língua como instrumento de comunicação usado por falantes da comunidade, num sistema de associações comumente aceito entre formas arbitrárias e seus significados. Objetiva explicar o processo de mudança lingüística em função de diversos fatores, assim subdivididos: lingüísticos, variáveis internas da língua; e sociais, variáveis relacionadas ao falante como sexo, idade, grau de escolaridade, classe social, entre outras. Essas variáveis atuam de maneira probabilística na variação da língua, sendo possível revelar quais ambientes lingüísticos influenciam regularmente a frequência de uma variante ou outra, e quais contextos lingüísticos e/ou sociais são mais relevantes no fenômeno observado (Labov, 1994, p.89).

Analisar a língua sob o enfoque da Sociolingüística requer entender a língua como um sistema dinâmico e heterogêneo, ou seja, perceber a variação da língua como uma mudança em curso.

Como diz Tarallo (1994, p.23): "A cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada".

Os estudos realizados por Labov têm como principal característica a análise de discursos concretos, objetivando descrever a gramática efetiva de uma determinada comunidade lingüística, bem como depreender as relações entre padrões lingüísticos e sociais. Para Labov (1972, p.23), o termo "sociolingüística" é redundante, uma vez que não se pode conceber uma lingüística que não seja social: "Este tipo de pesquisa tem sido às vezes rotulado como "sociolingüística", embora se trate de um uso de algum modo equivocado de um termo estranhamente redundante. A linguagem é uma forma de comportamento social. . ."

A Sociolingüística atua nas fronteiras entre língua e sociedade, focalizando os empregos concretos da língua. Os fenômenos de variação lingüística são condicionados, não só por fatores internos à estrutura lingüística, mas também por fatores extralingüísticos, de natureza social, ligados ao próprio falante e à situação em que a comunicação se processa.

Em qualquer comunidade de fala, independentemente de seu tamanho, há uma variação considerável entre os indivíduos: as mulheres não falam como os homens, os avós falam de modo diferente dos filhos e dos netos, e assim por diante. Além disso, mesmo os indivíduos considerados em sua singularidade não estão limitados a uma única variedade da língua. Sabemos que a rede social de um indivíduo, constituída pelas pessoas com quem esse indivíduo interage nos diversos domínios sociais, também é um fator determinante das características de seu repertório sociolingüístico. Assim, os falantes adquirem as variedades lingüísticas próprias à sua região, à sua classe social e à sua escolaridade.

Para a Teoria da Variação, os fatos lingüísticos são entidades teóricas, de modo que a realização de uma ou outra variante das formas em competição constitui o seu objeto de análise. Esse modelo teórico-metodológico revela que a noção de opcionalidade deixa de captar a natureza da variação sistemática que existe mesmo

no nível da gramática de um único indivíduo, conforme Cerdegren & Sankoff (1974, p.333).

Para o modelo variacionista, a freqüência de aplicação de uma dada regra opcional pode depender fortemente de restrições do contexto lingüístico e dos aspectos sociais diretamente ligados ao falante. Nesse sentido, introduz a noção de regra variável, desenvolvida a partir da análise e notação fonológica gerativa, em que a presença de um dado traço ou subcategoria deve afetar a freqüência de aplicação de uma regra de forma probabilisticamente uniforme e todos os ambientes em que esses traços apareçam (Cerdegren & Sankoff, 1974 p. 334). Para Naro (1992, p.18) a operação de uma regra variável é sempre o efeito da ação simultânea de vários fatores.

Como se pode observar, a variação é sistemática, não-aleatória e constitui uma característica intrínseca da língua e fonte da mudança.

Tarallo e Alkimin (1997, p.99) levantam o problema da mistura de línguas não só por questões lingüísticas, mas também por questões sócio-culturais. As mudanças lingüísticas devem ser, portanto, analisadas de acordo com a função das línguas na situação de contato do falante. No caso das situações de imigração, a aquisição de uma nova língua, do país ou região hospedeira, se faz necessária para as relações comerciais e institucionais, enquanto que a fala (língua) materna fica reservada a assuntos familiares ou comunitários.

É na comunidade, ou entre elas, que se concretiza o contato que produz fenômenos de convivência, ou de misturas, mecanismo “ativado” pelos indivíduos que integram tais comunidades. O cruzamento das línguas possibilita a formação de novas terminologias, visto que, em muitos casos, as influências que a língua sofre, distancia as pessoas de uma mesma comunidade lingüística.

Ao verificar as misturas, Tarallo e Alkimin (1997, p.87) dividiram-nas em dois tipos: a) Intracomunidade: aponta para uma heterogeneidade sistemática da comunidade de fala. O uso das variantes disponíveis aos falantes não é aleatório, fatores lingüísticos e não-lingüísticos condicionam o uso das variantes; b) Intercomunidade: define-se pela coexistência de dois sistemas lingüísticos distintos em uma mesma comunidade de fala, tais como o bilingüismo. As causas destas mesclas são históricas e sociais.

Segundo esses autores, nas comunidades de falantes (imigrantes), que utilizam duas línguas, a convivência se dá de duas formas: a primeira é a morte de um dos sistemas lingüísticos e a segunda seria a manutenção de sistemas; constituindo, então, de fato, uma comunidade com uma fala peculiar.

A pluralidade lingüística encontrada na maioria das comunidades de fala em que duas ou mais línguas estão em contato, pode ainda ser ampliada para incluir tanto a pluralidade de línguas, quanto de variedades ou quaisquer outras variantes de uma mesma língua em concorrência – padrão vs. não-padrão, conservadoras vs. inovadoras, de prestígio vs estigmatizada e formal vs. informal. E isso sem mencionar os idioletos. Nessa perspectiva, a variação lingüística pode ser mais bem entendida a partir de um *continuum* lingüístico no qual as línguas ou variedades de línguas realizadas pelos indivíduos estão dispostas na forma de diferentes modos de fala que são ativados segundo as diversas necessidades de uso, em Mello (1999, p.55).

As línguas ou variedades de língua, na realidade, traduzem um comportamento que é, antes de tudo, social e, portanto, só se concretiza na interação entre os membros de uma dada comunidade de fala. Assim sendo, entende-se por comunidade de fala grupos de indivíduos que compartilham normas gerais de comportamento social que lhes permitem realizar a própria fala e interpretar a fala de seus interlocutores, fazendo uso de pelo menos uma variedade lingüística, conforme Hymes (1986, p.78), ao contrário da visão equivocada de que as comunidades de fala são lingüisticamente homogêneas e geograficamente demarcadas, nas quais teríamos falantes-ouvintes ideais, com domínio perfeito de suas línguas ou variedades de línguas, usadas meramente como um instrumento de comunicação. Isso equivale a dizer que mesmo nas comunidades consideradas genuinamente monolíngües, se é que elas existem, encontramos variações na fala de seus habitantes.

Numa dimensão social-individual, a variação lingüística também se coloca como uma forma de dar colorido especial ao repertório lingüístico dos indivíduos ou grupos de indivíduos, traduzindo-se em jargões ou registros diversos que compõem a fala dos acadêmicos, dos profissionais de áreas diversas, das gerações mais jovens ou idosas, das entidades de classe, dos grupos representativos dos mais variados segmentos da sociedade. Há ainda que se lembrar das situações que requerem um estilo mais formal ou menos formal, um tom mais afetivo ou mais

ríspido ou severo. Ou, ainda, no caso bilíngüe, aquelas que requerem o uso de uma língua e não de outra, ou o de ambas as línguas alternadamente. O fato é que a variação e o uso de mais de uma língua é própria de toda e qualquer situação lingüística. Além disso, como coloca Mello (1999, p.28):

[e]m geral, contextos diferentes [podem] requerem [línguas ou variedades de línguas], estilos ou registros diferentes. Assim, um falante de uma determinada [língua ou] variedade pode apresentar um ou outro [modo de fala ou] estilo, dependendo do contexto situacional. A escolha [da língua], das palavras, o tom ou o colorido da linguagem mudam conforme a função ou o tema da conversação, os interlocutores, o grau de formalidade, [o local] etc.

As comunidades de fala trazem no bojo de sua conceituação a heterogeneidade, visto que as comunidades lingüísticas não estão isoladas uma das outras e, portanto, abarcam indivíduos ou grupo de indivíduos que não apenas usam diferentes línguas, mas também fazem uso das variações ou variantes de cada uma de suas línguas, revelando um universo de infinitas possibilidades dada a diversidade de probabilidades combinatórias que os inúmeros contextos ou situações lingüísticas oferecem.

2.3 Mudança lingüística

Segundo Paiva e Duarte (2006), o ponto de ruptura estabelecido por Weinreich, Labov e Herzog, em relação aos modelos dialetológicos anteriores e aos modelos estruturalistas vigentes na época, está na concepção de língua como um sistema heterogêneo ordenado, condição *sine qua non* para o estudo da mudança lingüística. A análise da variação é pertinente, na medida em que esta é interpretada como uma condição indispensável para entender a mudança lingüística.

Weinreich, Labov e Herzog, (1968, p.235), explicitam algumas coordenadas teóricas sobre a natureza da mudança lingüística que podem ser tomadas como centrais para sua proposta:

1. A mudança lingüística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. A mudança lingüística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.

2. A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.

3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística implicam mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.

4. A generalização da mudança lingüística através da estrutura lingüística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.

5. As gramáticas em que ocorre a mudança lingüística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.

6. A mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança lingüística são os produtos de descontinuidades específicas dentro da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos.

7. Fatores lingüísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento lingüístico.

Para Lucchesi (2004, p.35):

Os princípios empíricos do texto nos permitem nos resolver a oposição paradoxal entre estrutura e mudança. A mudança lingüística não é vista como exterior ao sistema, mas parte integrante do seu caráter normalmente heterogêneo.

A observação e análise de fenômenos variáveis permitem o levantamento de hipóteses sobre por que se produzem certas mudanças, como se difundem através do tempo e quais são os mecanismos lingüísticos e/ou sociais que as favorecem. Dessa forma, a pesquisa sociolingüística implica levantamento cuidadoso dos registros de língua falada, descrevendo a variável (conjunto de variantes), e traçando um perfil das variantes (diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade); análise dos fatores estruturais e sociais condicionantes; encaixamento da variável no sistema lingüístico e social da comunidade; avaliação da variável, para a confirmação dos casos de variação ou mudança.

É importante salientar que a dimensão histórica da variável pode se realizar a partir de uma projeção em tempo real (diacrônica), estabelecendo um espaço de tempo determinado cronologicamente, e/ou em tempo aparente (sincrônica), sendo necessário um recorte transversal da comunidade de falantes obtendo-se variadas faixas etárias.

Considerando que nem tudo que varia implica mudança, mas que toda mudança pressupõe variação, é importante estabelecer se a análise sociolingüística das variantes aponta para uma variação estável (coexistência mútua no sistema lingüístico) ou para uma mudança em progresso (duelo entre as variantes até a permanência de apenas uma delas no sistema em questão).

Nesse caso, a análise realizada em tempo real faz-se necessária e relevante, pois a observação diacrônica poderá explicitar o estágio de coexistência ou não das variantes na comunidade lingüística. A análise em tempo aparente, por sua vez, estabelece o estágio pela qual passam as variantes no momento do recorte temporal em que estão sendo observadas. Trata-se de uma análise específica daquele momento, sendo relevante a observação sincrônica do estágio das variantes.

Por isso, na perspectiva laboviana, denominada tempo aparente, Monteiro (2000, p.76), diz que:

[...] é possível realizar um estudo da mudança mediante a observação do comportamento lingüístico de falante de

diversas faixas etárias. No entanto, somente uma análise em tempo real esclarecerá se realmente se trata de uma mudança lingüística ou se o fenômeno consiste numa variação própria da gradação etária.

Pois segundo *Lemle* (1991, p.93):

A mudança lingüística ocorre com a entrada em cena de uma nova geração de falantes a adquirirem a língua, os dados de desempenho fonético dos mutantes fonéticos são reinterpretados e reanalisados pelos recém-chegados, que os organizam em seu saber lingüístico de uma maneira diferente da utilizada por seus predecessores.

A mudança sempre requer, virtualmente, um período de transição, de variabilidade, de competição entre estruturas e de divergências dentro da comunidade do falante, conforme Sankoff (1988, p.147).

Na primeira etapa de um processo de mudança, as formas conservadoras raramente são expostas às formas inovadoras. O contato entre falantes favorece a expansão das formas inovadoras, atingindo, então, as conservadoras. A realização da mudança se dá quando uma variante se sobrepõe à outra. Segundo Labov (1994, p. 202), a expansão da mudança será tanto maior quanto maior for a frequência de contato entre falantes.

2.4 A variável e as variantes lingüísticas e extralingüísticas

Segundo Monteiro (2000, p.59):

Duas ou mais formas distintas de se transmitir um conteúdo informativo constituem, pois, uma variável lingüística. As formas alternantes, que expressam a mesma coisa num mesmo contexto, são denominadas de variantes lingüísticas.

Assim, por exemplo, não há qualquer diferença semântica se pronunciar a primeira pessoa singular do indicativo presente dos verbos dar, ser ou estar com ou sem ditongo. Ou se realizar a vogal pretônica de Recife como /e/, /ɛ/ ou /i/.

Segundo *Labov* (1972, p.67), para definir-se uma variável lingüística é necessário: a) Definir o número exato de variantes; b) Estabelecer toda a multiplicidade de contextos em que ela aparece; c) Elaborar um índice quantitativo que permita medir os valores das variáveis.

As variáveis lingüísticas podem ser analisadas sob os aspectos fonológico, sintático, lexical e semântico, entre outras. As variáveis lingüísticas são observadas tanto no plano diacrônico quanto no plano sincrônico e igualmente estudadas nos planos diastrático e diatópico.

Segundo *Mollica* (2004, p.27):

As variáveis, tanto lingüísticas quanto não-lingüísticas não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes. Por exemplo, agentes com escolarização alta, contato com a escrita, com os meios de comunicação de massa, nível socioeconômico alto e origem social concorrem para o aumento na fala e na escrita das variedades prestigiadas, admitindo-se que existam pelo menos o padrão popular e o culto.

As variáveis extralingüísticas são gênero/sexo, faixa etária, escolaridade, classe social, entre outras. Na variável sexo é comum encontrar registros que denotam traços contrastivos de variações lingüísticas ocorrentes na fala de homens e de mulheres. Segundo *Paiva* (*apud* *MOLLICA*, 2004, p.35), “as diferenças mais evidentes entre a fala de homens e mulheres se situam no plano lexical”. Isso ocorre, algumas vezes, devido ao preconceito lingüístico, àquelas situações onde certas palavras parecem não ficar bem para uma garota; em outras, pode ser que a explicação esteja centrada no fato de que os homens tendem mais a certas palavras estigmatizadas que as mulheres.

Desde 1958, quando *Fischer* (*apud* *MOLLICA*, 2004, p.37) fez a primeira referência à correlação entre variação lingüística e o fator gênero/sexo em um

estudo intitulado *Influências sociais na escolha de variantes lingüísticas*, percebeu-se que a forma de prestígio tende a predominar na fala feminina.

Diversos outros estudos de orientação sócio-variacionista puderam corroborar a constatação de Fischer: gênero/sexo pode ser um grupo de fatores significativo para processos variáveis de diferentes níveis (fonológico, morfossintático, semântico) e apresenta um padrão bastante regular em que as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes lingüísticas mais prestigiadas socialmente.

Estudos sociolingüísticos, como os desenvolvidos no projeto ALMS (Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul), confirmaram a constatação de Fischer mostrando que as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes lingüísticas mais prestigiadas socialmente que os homens. Contudo, o que se percebe nas pesquisas mais atuais é que na fala das mulheres mais velhas há uma conservação maior das formas prestigiadas devido ao papel que a mulher tinha de desempenhar face aos homens. Segundo Paiva (*apud* MOLLICA, 2004, p.34), “a questão é mais cultural, pois dentre as boas atitudes que se espera de uma mulher está o uso de uma linguagem mais correta, mais condizente com a sua condição feminina”.

Esse padrão pode ser revertido, no entanto, quando se consideram dados de comunidades de fala caracterizadas por outros valores culturais e outra forma de organização social. Um exemplo ilustrativo é o da variação entre oclusiva uvular, oclusiva glotal e oclusiva velar em árabe. O estudo realizado por Haeri (1987, *apud* MOLLICA, 2004, p.35) em diferentes comunidades muçulmanas mostra um outro padrão de distribuição das variantes em relação a gênero/sexo: a variante uvular, forma de prestígio baseada no árabe literário, predomina entre os homens; as mulheres, por sua vez, estão associadas ao maior uso das formas não prestigiadas. Ainda que os padrões de correlação possam diferir, eles refletem mais do que diferenças biológicas, diferenças no processo de socialização e nos papéis que cada comunidade atribui a homens e mulheres.

No estudo da correlação entre gênero/sexo e mudança lingüística, um aspecto a considerar é o valor social da variante inovadora. Um processo de mudança pode ser a instalação de uma forma prestigiada socialmente ou de uma forma estigmatizada, que infringe padrões lingüísticos. Quando se trata de

implementar na língua uma forma socialmente prestigiada, as mulheres tendem a assumir liderança da mudança.

Na variável faixa etária, estudos sociolinguísticos como os de Labov , Gauchat e Chambers & Trudgill (*apud* MOLLICA, 2004, p.47) , a idade dos falantes interfere no seu comportamento lingüístico, tanto no aspecto lexical, fonológico, como também no morfossintático. A variação lingüística detectada em função da idade do falante pode ou não denunciar a ocorrência de um fenômeno de mudança. Por isso é possível realizar um estudo da mudança mediante a observação de falantes de diferentes faixas etárias.

No estágio atual da ciência da linguagem, não se sabe ao certo até que ponto a língua falada pelo indivíduo pode realmente mudar no decorrer dos anos. Uma das hipóteses aceita pela maioria de lingüistas, desde os gerativistas até os sociolingüistas, é a de que o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos no começo da puberdade e que a partir deste momento a língua do indivíduo fica essencialmente estável.

A respeito disso diz Monteiro (2004, p. 44):

O estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente quinze anos. Assim sendo, a fala de uma pessoa de sessenta anos hoje representa a língua de quarenta e cinco anos atrás, enquanto outra pessoa com quarenta anos hoje nos revela a língua de há apenas vinte e cinco anos. A escala em tempo aparente, obtida através do estudo de falantes de idades diferentes, é chamada “gradação etária”.

A variável escolaridade, assim como as outras variáveis, possui peso particular no momento de realizar as análises e de se verificar que o fato do informante ser ou não escolarizado influi negativa ou positivamente para o resultado final da pesquisa.

A observação do dia-a-dia confirma que a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que as freqüentam e das comunidades discursivas. Constata-se, por outro lado, que ela atua como preservadora de formas de prestígio, face a tendências de mudança em curso nessas comunidades. A escola incute gostos, normas, padrões estéticos e morais em face da conformidade de dizer e de

escrever. Compreende-se, nesse contexto, a influência da variável nível de escolarização, ou escolaridade, como correlata aos mecanismos de promoção ou resistência à mudança, conforme Votre (*apud* MOLLICA, 2004, p.52).

2.5 História da Língua Portuguesa: influências árabes

A língua portuguesa proveio do latim vulgar que os romanos introduziram na Lusitânia, região situada ao ocidente da Península Ibérica. Pode-se afirmar, com mais propriedade, que o português é o próprio latim modificado. As circunstâncias históricas, em que se criou e desenvolveu o nosso idioma, estão intimamente ligadas a fatos que pertencem à história geral da península, conforme Coutinho (1976, p.46).

Vários povos se fixaram na Península Ibérica, antes dos romanos, tais como: Cântaro-pirenaico, mediterrâneo, fenícios, gregos e celtas. Embora os romanos tenham penetrado na península no séc. III a.C., a sua anexação, como província, só se deu no ano de 197 a.C. Os peninsulares acostumaram-se a ver nos conquistadores um povo mais forte e civilizado e, depois de uma resistência mais ou menos séria, quebrada afinal pela bravura e constância dos soldados romanos, adotaram finalmente a língua e os costumes dos vencedores, ou seja, romanizaram-se.

O latim que se vulgarizou no território ibérico foi o do povo inculto, o *sermo vulgaris, plebeius ou rusticus*. A outra modalidade, denominada *sermo urbanus, eruditus ou perpolitus*, em que escreveram suas obras imortais Cícero, César, Vergílio, Horácio e Ovídio, foi também conhecida, mas só nas escolas.

No século V, os bárbaros invadiram a península, e como eram povos rudes, afeitos aos exercícios guerreiros, os germanos não tiveram dúvida em admitir a civilização romana e, com ela, o próprio latim, já sensivelmente alterado.

No século VIII, surgem os árabes que após avassalarem todo o norte da África, atravessaram o estreito de Gilbratar e precipitam-se sobre o solo peninsular. Embora fatores como a raça, a língua, a religião e os costumes extremassem vencidos e vencedores, muitos hispano-godos, seduzidos pela civilização árabe, adotaram os costumes e, com eles, a própria língua esquecendo o romance que

falavam. São os moçárabes. Como língua oficial, adotou-se o árabe, mas o povo subjugado continuou a falar o romance, ou seja, o latim vulgar modificado.

A influência da língua árabe sobre o latim da península não foi tão grande como era de se esperar, dada à longa dominação do povo semítico na região ibérica. Ela se limitou quase exclusivamente ao vocabulário. É que, sendo o árabe uma língua semítica, diferia muito das faladas pelos povos indo-europeus, o que tornou impossível maior infiltração nos outros domínios do idioma, conforme Coutinho (1976, p.192)

Torna-se fácil conhecer a maioria das palavras árabes, existentes em português, por causa da presença nelas do artigo invariável **al**. O **l** deste artigo é assimilado, quando lhe seguem as seguintes consoantes: **r**, **z**, **c** e **d**: arroba (al-rub), arroz (al-ruz), azeite (al-zait), açougue (al-çauc), adail (al-dalil). Uma das particularidades que apresentam as palavras árabes em português é a transformação fonética do **h** em **f**, como provam os exemplos: attahuna (atafona), almilhaça (almofaça), rehen (refém).

Os nomes de uso mais freqüente em nossa língua designam plantas, frutas, flores e substâncias aromáticas: algodão, alecrim, alface, açucena, alfazema. Instrumentos da lavoura ou musicais, utensílios, armas: tambor, alicate, algema, almofariz. Pesos e medidas: alqueire, arroba, quintal. Alimentos e bebidas: álcool, almôndega, xarope. E outras de significação várias: alarde, alarido, alcunha, algazarra, almofada.

Alguns adjetivos nossos têm origem árabe: garrido, forro, mesquinho, baldio. Muitos verbos se formam em nossa língua de palavras árabes: albardar, alcovitar, alcatifar. Na toponímia, há igualmente vestígios da dominação árabe em Algarve, Alcobaça, Alcântara, Almeida, Almada. Também é de origem árabe a interjeição oxalá, que se formou da expressão **in + sha + Allah**, que significa se Deus quiser. No antigo português, encontra-se a preposição **fasta** (até), a que se atribui igualmente origem árabe. Há um fenômeno peculiar à fonética árabe, denominado imela, segundo o qual o **a** tônico passa a **e** ou **i**. É o que explica a transformação de Tagu > Tejo, Paca > Beja, Hispalia por Hispalis > Isbilha, hoje Sevilha.

CAPÍTULO III – FENÔMENOS FONÉTICO-FONOLÓGICOS E MORFOSSINTÁTICOS

Os dados concretos de fala, aparentemente caóticos e confusos, a partir da associação de fenômenos estruturais e sociais, permitem uma compreensão da

língua em sua dinamicidade. Pois como assinala Monteiro (2000, p. 24), “sistematizar as situações de heterogeneidade é a tarefa que deve ser levada a termo para descrever a língua como instrumento de comunicação”.

Além disso, o cruzamento dos dados, o formal e o funcional, assim como o interno e o externo, o social e o não social, permitem analisar os aspectos fonéticos e morfossintáticos mais importantes da comunidade em estudo.

3.1 Processamento sistemático do Pacote de Programas GOLDVARB/2001

O software GOLDVARB/2001 foi criado por *Cedergren* e *Sankoff* no início da década de 70, na Universidade de Nova York, como um projeto de parceria entre o Departamento de Linguagem e Lingüística e o Serviço de Ciência e Computação, inicialmente para MS-DOS.

Foi de *Steve Harlow* a iniciativa de criar a versão Windows, tomando por base o programa *Goldvarb* 2.0, de Rand & Sankoff desenvolvido para o Macintosh, com uma aplicação composta de apenas um arquivo “EXE” que não necessita de outro software para processar análises lingüísticas para quantificar os dados.

Para acionar o programa é necessário delimitar uma variável dependente e /ou fator lingüístico necessariamente binário, uma vez que o programa ainda não permite uma análise com três ou mais variantes, vale dizer, uma variável lingüística com dois ou mais valores, denominadas variantes. É necessário ainda, estabelecer valores e/ou codificar as variáveis independentes, que são os fatores extralingüísticos.

A escolha dos códigos³ que simbolizam os fatores lingüísticos e extralingüísticos pode ser realizada aleatoriamente, desde que tais códigos não se repitam e que assumam uma correlação entre as múltiplas características do contexto. No caso específico dos fatores extralingüísticos sugere-se que a codificação lembre o fator a que se refere. A confiabilidade das análises estará posta na existência de um número significativo de codificação.

³ Para o programa esses códigos são chamados de Tokens.

O pacote de programas GOLDVARB/2001 é o software que auxilia o pesquisador da sociolinguística a alcançar os percentuais que dão, cientificamente, condições de estabelecer a quantidade e a relevância de variação ocorrente no ato de fala. Neste trabalho, utilizou-se a versão 2001 do programa.

O pesquisador digita no lado esquerdo da janela (pois a janela “*Tokens*” é constituída de dois lados), primeiramente, os fatores lingüísticos (formados pela variável dependente), que foram codificados como “(0)” para realizações possíveis, ou seja, para a resposta esperada pelo pesquisador; e “(1)” para a aplicação da regra variável, isto é, para as variações lingüísticas manifestadas pelos informantes para designar a mesma coisa com o mesmo valor de verdade.

Após a digitação dos fatores lingüísticos, o programa requer a digitação dos fatores extralingüísticos (formados pelas Variáveis Independentes) que para essa análise contará com a atuação de três grupos: sexo, faixa etária e escolaridade.

A intersecção das codificações e seus itens, nesta dissertação resultaram em: **Variável Dependente:** 0 – Realização possível (emprego da norma padrão) e 1 – Aplicação da regra variável (desvio da norma padrão); **Variável Independente Lingüística:** *Grupo 1: Fatores fonético-fonológicos:* **E** –Ditongação e **D** – Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo; *Grupo 2: Fatores Morfossintáticos:* **N** – Flexão de número no SN; **P** – Enfraquecimento do infinitivo e **S** – Flexão de número relação SN + SV. **Variável Independente Extralingüística:** *Grupo 3: Sexo:* **M** – Masculino e **F** – Feminino; *Grupo 4: Faixa etária:* **a** – abaixo de 30 anos e **b** – acima de 50 anos; *Grupo 5: Escolaridade:* **c** – Fundamental; **d** – Médio e **e** – Superior.

Para obter o cruzamento entre os dados de um grupo com outro, por meio dos quais é possível verificar os percentuais estatísticos de como está a condição de variação lingüística na comunidade de fala, faz-se necessário dar um clique na janela principal em “*View/Results*” que disponibilizará a janela “*Tokens*”, onde é preciso clicar em “*Action/Cross Tabulation*”. Assim, a intersecção de um dado grupo de fatores com outro será efetuada e, automaticamente, o programa oferecerá os resultados percentuais estatísticos dos cruzamentos realizados.

O *Cross Tabulation* dispõe de duas opções para interpretação dos dados: texto ou grade. A forma texto possui as características descritas acima. A forma

grade permite ver os modelos de distribuição, em cores, onde as cores mais escuras indicam aumento percentual da aplicação da regra; quanto mais próximas forem as cores, menores serão as diferenças entre as células e, inversamente, quanto mais contrastes, maiores serão as diferenças entre elas.

A escolha entre uma ou outra forma (texto ou grade) é condicionada pelo objetivo, pelo que se quer demonstrar na interpretação dos dados. No caso das interpretações realizadas da fala da comunidade, optou-se pela forma texto.

3.2 Interpretação dos fenômenos fonético-fonológicos

A fonética surgiu no século XIX em linhas naturalísticas como um estudo das articulações orais e dos efeitos auditivos em si mesmo. A fonética procurava surpreender a realidade física em toda a sua exatidão, sem relacioná-la com o seu papel lingüístico de construir as formas da língua e distingui-las umas das outras.

A partir desta lacuna existente na fonética, surgiu uma nova disciplina interessada na função lingüística dos sons vocais – a fonologia. Mais do que o som vocal, realmente emitido, importa a sua função na economia geral da comunicação falada.

Como afirma Câmara Júnior (1971, p.16):

A unidade e a identidade de um som vocal não está na sua uniforme realização na fala, mas na sua capacidade de caracterizar, mesmo com variações ocorrentes, uma dada forma da língua.

São os sons vocais assim entendidos como fonemas que a descrição lingüística deve, antes de tudo, apresentar. O campo de variações, que cada um deles comporta, constitui um aspecto derivado da descrição. Aí, por sua vez, impõe-se distinguir duas espécies muito diversas de variação: variantes livres e variantes posicionais ou contextuais.

Por variantes livres entende-se por flutuação fonética, que no plano descritivo ou sincrônico, é a contraparte de um lento trabalho diacrônico de mudança, que vai pouco a pouco ganhando novas áreas de falantes.

As variantes posicionais ou contextuais são as variações determinadas pelas condições do contexto fonético em que o fonema se realiza.

São essas variantes posicionais, ou contextuais, isto é, determinadas pela posição da consoante no contexto fonético, que têm mais importância numa descrição lingüística, após o levantamento geral dos fonemas. É que expressam um mecanismo preciso de adaptação das articulações de cada fonema, relevante para o traçado da genuína fisionomia das línguas.

Os fenômenos fonético-fonológicos de maior ocorrência encontrados no *cópus* foram:

1- Ditongação

2- Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

Para sistematizar a descrição e interpretação destas questões no GOLDVARB/2001 a fim de obter os valores absolutos e percentuais gerados pelo programa, codificamos os dados da análise de aspecto fonético-fonológico do modo que segue:

Variável Dependente:

0 – Realização possível (emprego da norma padrão)

1 – Aplicação da regra variável (desvio da norma padrão)

Variável Independente Lingüística:

Grupo 1: Fatores fonético-fonológicos

E – Ditongação

D – Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

Variável Independente Extralingüística:

Grupo 2: Sexo

M – Masculino

F – Feminino

Grupo 3: Faixa etária

a – abaixo de 30 anos

b – acima de 50 anos

Grupo 4: Escolaridade

c – Fundamental

d – Médio

e – Superior

Conforme foi explicitado nas considerações introdutórias, o número total de dados que compuseram o corpus fonético-fonológico dessa dissertação é de 211. Na tabela que segue pode-se observar os valores totais e percentuais dos fenômenos fonéticos que obtiveram maior número de ocorrências na comunidade árabe.

TABELA 1 – Distribuição dos fatores fonético-fonológicos ditongação e apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, de acordo com a variável dependente.

FATORES FONÉTICOS	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL
E (Ditongação)	02 (1%)	103 (98%)	105 (49%)
D (Apagamento da oclusiva /d/ no grupo ndo)	17 (16%)	89 (83%)	106 (51%)
	19 (2%)	192 (98%)	211 (100%)

Como se observa na tabela 1, das ocorrências que integraram o corpus fonético-fonológico na fala dos informantes, o fenômeno lingüístico com maior número de ocorrências processadas é o Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, que engloba 106 ocorrências em seu valor absoluto atingindo assim 51% no seu valor relativo.

Dos 106 fenômenos processados, houve apenas 17 ocorrências que não confirmaram a aplicação da regra variável, com percentual de 16% de ocorrências que não apresentaram variação em relação ao fenômeno Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo. Quanto à incidência do fenômeno de aplicação da regra variável, verificou-se 89 ocorrências o que demonstra um valor relativo mais elevado. Deste modo, verificou-se entre os informantes 83% de variação com relação ao fenômeno fonético-fonológico Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

O outro fenômeno estudado, Ditongação, apresentou um valor absoluto, equivalente a 105 ocorrências, com um valor relativo de 49%. Houve 02 ocorrências relativas à realização possível da regra (emprego da norma padrão), com percentual de 1% das ocorrências. Com relação à incidência da regra variável, constatou-se 103 ocorrências equivalentes a um valor relativo de 98%.

Portanto, das 211 ocorrências dos fenômenos de variação fonético-fonológicos analisados na comunidade árabe de Araçatuba, obteve-se 192 ocorrências da aplicação da regra (variação). Esse valor corresponde a 98% das ocorrências em oposição à realização possível, que obteve um valor percentual de 2%.

O que também se pode observar com relação à aplicação da regra variável, ou seja, variação, é que a Ditongação teve um número maior de ocorrências (98%), em relação ao número do Apagamento da oclusiva /d/ no grupo ndo (83%).

O que poderia explicar o número maior de variação do fenômeno ditongação é o fato do município de Araçatuba estar localizado na região noroeste do estado de São Paulo, região conhecida por conter na fala de seus habitantes traços do dialeto caipira.

Por isso, é relevante destacar o que Amaral (1920, p. 40) diz sobre a duração das vogais, ao comparar a prosódia caipira e a portuguesa:

(...) na duração das vogais igualmente difere muito o dialeto; se proferida por portugueses, as breves duram um tempo, as longas dois, pode-se dizer, comparativamente, que no falar caipira duram as primeiras dois tempos e as segundas quatro. Este fenômeno está estreitamente ligado à lentidão da fala, ou, antes, se resolve num simples aspecto dela, pois a linguagem vagarosa, cantada, se caracteriza justamente por um estiramento mais ou menos excessivo das vogais (...)

Nas tabelas a seguir será possível verificar os valores percentuais totais e relativos de cada um desses fenômenos fonético-fonológicos que mais ocorreram na comunidade em estudo – **ditongação e apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo** – levando-se em consideração o cruzamento de cada um deles com as variáveis dependentes **(0) – realização possível (emprego da norma padrão)** e **(1) – aplicação da regra variável (desvio da norma padrão)** e as variáveis independentes **(sexo, faixa etária e escolaridade)**.

3.2.1 Ditongação (E)

Coutinho (1976, p.331) afirma que no PB a vogal tônica seguida de [s] ou [z], “alonga-se em ditongo: gais (gás), rapaiz (rapaz), três (três), feiz (fez), nós(nós), atroiz (atroz), seduiz (seduz), puis (pus)”; o autor não observa esse fenômeno com a vogal [i].

Amaral (1920, p.48) observa já em 1920, no dialeto caipira de São Paulo, que as vogais tônicas geralmente não sofrem alterações, a ditongação a que estamos nos referindo aqui é um raro exemplo de alteração de vogais tônicas, para o autor é um fato importante esse de que um som “ciciante (s ou z), no final dos vocábulos, se ditonguem pela geração de um i: rapaiz, méis, péis, nós, luiz”.

Teixeira (1938, p.13) faz a observação da ditongação somente em relação à vogal A, explicando que “Diante de z, sendoônico, ditonga-se: **paz** dá **paiz**; **faz**-**faiz** (...) **Mas** é pronunciado **mais**”, nada diz quanto ao fenômeno em outros contextos.

O estudo de Bisol (1994, p.134) mostra que o fenômeno que a autora chama de “o glide da sílaba acentuada final” ocorre em muitas variedades lingüísticas do PB, independentemente da realização palatal da consoante seguinte,

mas sempre, assim como também é verificado em nossa amostra, em sílabas tônicas finais. Bisol mostra que o glide pode aparecer com qualquer vogal: *feroz* ~ *feroiz* [O]; *pés* ~ *péis* [E]; *arroz* ~ *arroiz* [o]; *mês* ~ *meis* [e]; *paz* ~ *pais* [a]; *luz* ~ *luiz* [u]; *fiz* ~ *fiiz* [i].

Bunse (1981, p.93) observa que a ditongação antes de [s] ocorre com as vogais [a], [e], [o] e [u] em São José do Norte-RS, como em *rapaiz*, *treis*, *nóis* e *cruiz*, para rapaz, três, nós e cruz, respectivamente.

Cabe ressaltar que em alguns vocábulos nos quais ocorre o referido fenômeno, o [s] final, denominado “gatilho” por Bisol (1994, p.136) às vezes não é pronunciado, mas a semivogal incluída por força de tal [s] se mantém, como *mai* (mais) e *nói* (nóis).

No falar cuiabano, segundo Drummond (1978, p. 69), o [s] final é africado, ou seja, produzido como [š] e diante de tal fone não se encontram ditongos, mesmo aqueles consagrados pela escrita, como: *seš* (seis), *maš* (mais), *demáš* (demais), *depôš* (depois), ou seja, ocorre praticamente o inverso do que se processa em nossa comunidade e em várias outras localidades brasileiras.

Outros estudos sociolingüísticos, vinculados ao ALMS (Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul, tais como: *A fala da comunidade de Pouso Alto: estudo sociolingüístico*, Lebrão (2003); *Variação lingüística: a comunidade de Ingazeira*, Pires (2003); *Regionalismos em comunidade gaúcha: o caso de Dourados(MS)*, Bodnar (2006) e *Variação lingüística: o caso de Furnas da Boa sorte*, Andrade Filho (2007), também relataram ocorrências de ditongação, sempre após as sibilantes /z/ e /s/.

Na comunidade árabe, verificaram-se alguns casos de ditongação, conforme quadro abaixo:

Quadro A – Exemplificação de algumas ocorrências de ditongação encontradas na comunidade

INFORMANTE	OCORRÊNCIA
1EMbc ⁴	/mais/
1EMbc ⁵	/três/
1EMbd ⁶	/pois/
1EFbe ⁷	/paiz/
1EFbc ⁸	/faiz/
1EFae ⁹	/nois/
1EMad ¹⁰	/deiz/

⁴ Informante 1EMbc = 1: desvio, E: ditongação, M: masculino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

⁵ Informante 1EMbc = 1: desvio, E: ditongação, M: masculino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

⁶ Informante 1EMbd = 1: desvio, E: ditongação, M: masculino, b: acima de 50 anos, d: nível médio.

⁷ Informante 1EFbe = 1: desvio, E: ditongação, F: feminino, b: acima de 50 anos, e: nível superior.

⁸ Informante 1EFbc = 1: desvio, E: ditongação, F: feminino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

⁹ Informante 1EFae = 1: desvio, E: ditongação, F: feminino, a: abaixo de 30 anos, e: nível superior.

¹⁰ Informante 1EMad = 1: desvio, E: ditongação, M: masculino, a: abaixo de 30 anos, d: nível médio.

Como se pode observar em todas as ocorrências encontradas no corpus em estudo, a ditongação ocorreu diante das sibilantes /z/ e /s/. O número de sílabas não se mostrou influente; a ditongação pode ocorrer com qualquer vogal, independentemente da altura ou do timbre da mesma.

Como diz Bortoni-Ricardo (1985, p.67), “em sílabas tônicas finais a sibilante é geralmente pronunciada e com muita frequência implica a ditongação da vogal precedente”.

A tabela 2 trata dos valores absolutos e percentuais de variação, com relação ao fenômeno ditongação, quando foi cruzada a variável dependente com a variável sexo.

TABELA 2 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico ditongação e a variável sexo.

SEXO	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Masculino	02 (5%)	41 (95%)	43	105 (100%)
Feminino	0 (0%)	62 (100%)	62	

A tabela 2 mostra que houve 02 ocorrências da realização possível entre os informantes do sexo masculino no tocante ao fato fonético-fonológico da Ditongação (E), que representa 5% da realização possível entre os homens. E 41 incidências na aplicação da regra, que resultam em 95% de variação na comunidade.

Em relação às mulheres, obteve-se 0 (zero) incidência da realização possível, em contrapartida, houve 62 ocorrências de aplicação da regra, ou seja, 100% de ocorrências entre as mulheres, contribuindo assim para um percentual elevado de variação na comunidade.

Aqui essa variável, nesta comunidade específica, que é constituída por imigrantes e descendentes de árabes, vem corroborar com o estudo realizado por Haeri (*apud* MOLLICA, 2004, p.35) em diferentes comunidades muçulmanas que mostra um outro padrão de distribuição das variantes em relação a gênero/sexo, como por exemplo, a variante uvular, forma de prestígio baseada no árabe literário, que mais predomina entre os homens; as mulheres, por sua vez, estão associadas ao maior uso das formas não prestigiadas. Ainda que os padrões de correlação possam diferir, eles refletem mais do que diferenças biológicas, diferenças no processo de socialização e nos papéis que cada comunidade atribui a homens e mulheres.

Aqui se pode constatar que, nesta comunidade específica, as mulheres fogem à regra comum estabelecida em diversos estudos sociolinguísticos, tais como

Fischer, Scherre, Paredes e Silva (*apud* MOLLICA, 2004, p.34), que constata a tendência das mulheres em utilizar variantes lingüísticas mais prestigiadas socialmente.

O total de ocorrências do fator fonético-fonológico ditongação, entre os informantes do sexo masculino é de 43 e, entre as mulheres, o número total é de 62. A somatória entre ambos os sexos do total de ocorrências é de 105 do fator ditongação, no quadro geral dos fenômenos fonético-fonológicos analisados mais relevantes.

A próxima tabela trará os valores totais e percentuais do cruzamento entre a variável dependente e a variável faixa etária correspondente ao fator fonético-fonológico ditongação.

TABELA 3 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico ditongação e a variável faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Abaixo de 30 anos	0 (0%)	39 (100%)	39	105 (100%)
Acima de 50 anos	02 (3%)	64 (97%)	66	

Dos fatores sociais, segundo Labov (1994, p.103), é a idade do falante que pode informar, mais precisamente, algo sobre o processo de mudança de um fenômeno, através do *tempo aparente*. Nesse tipo de estudo, devemos fazer um recorte transversal numa amostra sincrônica da comunidade de fala, em função da faixa etária dos informantes para, então, apresentar uma primeira dimensão histórica à análise. Ao descrever esse fator, Tarallo (2002, p.65) afirma que:

A relação de estabilidade das variantes (a situação de contemporização) avultará se entre a regra variável e a faixa etária dos informantes não houver qualquer tipo de correlação. Se, por outro lado, o uso da variante mais inovadora for mais freqüente entre os jovens, decrescendo em relação à idade dos outros informantes, você terá presenciado uma situação de mudança em progresso [...]

Entre os informantes com faixa etária abaixo de 30 anos não houve realização possível da variável com relação ao fator fonético-fonológico ditongação, o que implica afirmar que os informantes dessa faixa etária variam (100%) com relação ao fenômeno aqui analisado.

Quanto aos informantes que possuem acima de 50 anos, houve 02 ocorrências do fenômeno ditongação que resultaram em 3% de realização possível, ou seja, 3% dos informantes não variam em relação ao fator fonético ditongação. Assim, a maioria dos informantes da faixa etária acima de 50 anos aplica a regra, pois aparecem 64 ocorrências, que são responsáveis pelos 97% de variação, com relação ao fator fonético-fonológico ditongação.

Desta forma, fica evidente que, com relação à faixa etária, a variação do fenômeno é substancialmente maior que a realização possível, nas duas faixas etárias (abaixo de 30 anos e acima de 50 anos). A diferença entre as duas faixas é de apenas 3%, portanto não é possível afirmar que os jovens utilizam mais a forma inovadora que os mais velhos, pois estatisticamente a diferença é pequena.

O total de ocorrências do fator fonético-fonológico ditongação, entre os informantes abaixo de 30 anos é de 39 e, entre os informantes acima de 50 anos, o número total é de 66 ocorrências. A somatória entre as duas faixas etárias é de 105

do fator ditongação, no quadro geral dos fenômenos fonético-fonológicos analisados mais relevantes.

A próxima tabela trará os valores totais e percentuais do cruzamento entre a variável dependente e a variável escolaridade correspondente ao fator fonético-fonológico ditongação.

TABELA 4 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico ditongação e a variável escolaridade.

ESCOLARIDADE	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Fundamental	01 (2%)	50 (98%)	51	105 (100%)
Médio	01 (3%)	34 (97%)	35	
Superior	0	19 (100%)	19	

A tabela 4 mostra que entre os informantes de nível fundamental totalizam 51 ocorrências do fator ditongação, sendo 01 ocorrência de realização possível, com percentual de 2% e 50 ocorrências de aplicação da regra, com valor percentual de 98%.

Com relação aos informantes de nível médio, constatou-se que houve 01 ocorrência de realização possível, equivalente a 2% das ocorrências. O número de 34 ocorrências comprova que 97% dos informantes com nível médio de escolaridade aplicam a regra do fator ditongação.

Os informantes de nível superior, não apresentaram realização possível para o fator ditongação e a aplicação da regra teve 19 ocorrências, com valor percentual de 100%. O total de ocorrências do fator ditongação nos três níveis de escolaridade é de 105.

Portanto, é possível constatar que, com relação ao fator ditongação, a diferença é mínima entre os entrevistados dos diferentes níveis de escolaridade.

O que ocorre no cruzamento do fenômeno ditongação e os fatores extralingüísticos sexo, faixa etária e escolaridade, nesta comunidade, vêm confirmar que este fenômeno não pode ser analisado apenas como variação lingüística, mas pode determinar uma mudança em progresso, pois apesar de a língua padrão ser uma imposição social e histórica, os resultados acima demonstram que os falantes, independentemente de seus níveis escolares, não encaram esse fenômeno de forma desprestigiada ou estigmatizante.

3.2.2 Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo (D).

Lemle (1978, p.42) declara que a supressão do /d/ no contexto ndo está atingindo mais os verbos (gerúndio) do que outras categorias gramaticais (*mundo, bando, entre outras*).

No cópús desta dissertação, verifica-se que a assimilação do [d] no gerúndio de qualquer verbo realmente é muito freqüente, quase sistemática, mesmo entre os escolarizados; ocorre independentemente da conjugação a qual pertença o verbo, ou se este é regular ou não, ou ainda do número de sílabas que tenha o

vocábulo: *falanu* (falando); *istudanu* (estudando); *sabenu* (sabendo); *querenu* (querendo); *vinu* (vindo); *inu* (indo).

Tal supressão ocorre também em nomes, principalmente entre os menos escolarizados, mas essa regra atinge somente alguns vocábulos, como: apendicite, dito *peniciti* e *quando*, dito *quãnu*, o que comprova a não exclusividade do fenômeno em gerúndios, como crêem alguns, como Chaves de Melo, já que inclui esse ponto na parte de seu trabalho que trata dos tempos/modos verbais; afirma o autor que “O gerúndio perde o –d-: amano, vivo, partino”, segundo Melo (1946, p.82).

Amaral (1920, p.51), observa que tal fato é comum no gerúndio, como em “*andano, veno, caíno, pono*”, mas ocorre, ainda que esporadicamente em quando (quano).

O estudo de Mollica e Mattos (*apud* HORA, 2004, p.57) concluiu que: “as formas de gerúndio são mais atingidas, outro fator de importância foi a extensão do item lexical: notou-se que, quanto maior seu número de sílabas, maior a probabilidade de assimilação na fala”.

Desta forma, com este estudo pretende-se, considerando a instabilidade e a heterogeneidade do sistema lingüístico, descrever e/ou justificar a tendência do falante em utilizar uma forma variante dentre o conjunto de formas alternativas de dizer a mesma coisa, ou seja, considerar o apagamento da oclusiva dental sob os aspectos sociais da língua, apontando-o como um processo fonético-fonológico sensível tanto às pressões internas quanto às pressões externas do sistema lingüístico.

Na comunidade estudada, verificaram-se alguns casos de apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, conforme quadro abaixo.

Quadro B – Exemplificação de algumas ocorrências de apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

INFORMANTE	OCORRÊNCIA
1DMbc ¹¹	/separanu/
1DMbd ¹²	/compranu/
1DFbe ¹³	/batenu/
1DFbe ¹⁴	/casanu/
1DFbc ¹⁵	/conversanu/
1DFbc ¹⁶	/trabalhanu/
1DMbe ¹⁷	/fazenu/

A tabela 5 trata dos valores absolutos e percentuais de variação, com relação ao fenômeno apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, quando foi cruzada a variável dependente com a variável sexo.

¹¹ Informante 1DMbc = 1: desvio, D: Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, M: masculino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

¹² Informante 1DMbd = 1: desvio, D: Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, M: masculino, b: acima de 50 anos, d: nível médio.

¹³ Informante 1DFbe = 1: desvio, D: Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, F: feminino, b: acima de 50 anos, e: nível superior.

¹⁴ Informante 1DFbe = 1: desvio, D: Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, F: feminino, b: acima de 50 anos, e: nível superior.

¹⁵ Informante 1DFbc = 1: desvio, D: Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, F: feminino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

¹⁶ Informante 1DFbc = 1: desvio, D: Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, F: feminino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

¹⁷ Informante 1DMbe = 1: desvio, D: Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, M: masculino, b: acima de 50 anos, e: nível superior.

TABELA 5 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo e a variável sexo.

SEXO	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Masculino	8 (12%)	56 (88%)	64	106 (100%)
Feminino	9 (21%)	33 (79%)	42	

Na tabela 5, referente ao cruzamento do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, com a variável sexo, revela que das 64 ocorrências do sexo masculino, 8 ocorrências foram de realização possível,

representando 12% do total e 56 ocorrências correspondem à aplicação da regra, com um percentual de 88%.

Com relação às mulheres, obteve-se um resultado de 9 ocorrências para realização possível, sendo 21% do total e 33 ocorrências de aplicação da regra, com 79% do total.

Pode-se concluir que os resultados do cruzamento do fenômeno apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo com a variável sexo nessa comunidade, ratificam vários estudos que os informantes femininos utilizam, com maior frequência, a forma padrão, conforme Fischer, 1959, Paiva, 1994, Mollica e Mattos, 1989 (apud HORA, 2004, p.73), enquanto os homens tendem a utilizar a forma estigmatizada.

Sendo assim, das 106 do total de ocorrências do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, entre os informantes do sexo masculino é de 64 e, entre as mulheres, o número total é de 42 ocorrências, no quadro geral dos fenômenos fonético-fonológicos analisados mais relevantes.

A seguir, a tabela 6 mostrará o resultado do cruzamento do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo e a variável faixa etária.

TABELA 6 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo e a variável faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Abaixo de 30 anos	0	42 (100%)	42	106 (100%)
Acima de 50 anos	17 (27%)	47 (73%)	64	

Entre os informantes com faixa etária abaixo de 30 anos não houve realização possível da variável com relação ao fator fonético-fonológico apagamento

da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, o que implica afirmar que os informantes dessa faixa etária variam com relação ao fenômeno aqui analisado. Assim, 42 ocorrências apontam para 100% de aplicação da regra entre os informantes de faixa etária menor na comunidade.

Quanto aos informantes que possuem acima de 50 anos, houve 64 ocorrências do fenômeno apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo que resultaram em 17 ocorrências de realização possível, ou seja, 27% dos informantes não variam em relação ao fator fonético apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

A faixa etária acima de 50 anos também aplica a regra, pois aparecem 47 ocorrências. Essas 47 ocorrências são responsáveis pelos 73% de variação com relação ao fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

A observação dessa variável é fundamental, pois indica dois caminhos básicos da língua: a relação de estabilidade do fenômeno (variação estável) ou a existência de mudanças lingüísticas em curso. Neste caso específico do fenômeno do apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, com relação ao fator faixa etária indica uma mudança em progresso, pois há uma sobreposição da variante inovadora entre os jovens (100%). Se fosse o contrário, com variação maior na faixa etária dos mais velhos, existiria uma variação estável, que tenderia à estabilidade.

O total de ocorrências do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, entre os informantes abaixo de 30 anos é de 42 e, entre os informantes acima de 50 anos, o número total é de 64 ocorrências. A somatória entre as duas faixas etárias é de 106 do fator apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, no quadro geral dos fenômenos fonético-fonológicos analisados mais relevantes.

A próxima tabela trará os valores totais e percentuais do cruzamento entre a variável dependente e a variável escolaridade correspondente ao fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

TABELA 7 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator fonético-fonológico apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo e a variável escolaridade.

ESCOLARIDADE	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Fundamental	05 (19%)	22 (81%)	27	106 (100%)
Médio	09 (17%)	45 (83%)	54	
Superior	03 (12%)	22 (88%)	25	

A tabela 7 mostra que entre os informantes de nível fundamental totalizam 27 ocorrências do fator apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, sendo 05 ocorrências de realização possível, com percentual de 19% e 22 ocorrências de aplicação da regra, com valor percentual de 81%.

Com relação aos informantes de nível médio, constatou-se que houve 09 ocorrências de realização possível, equivalente a 17% das ocorrências. O número de 45 ocorrências comprova que 83% dos informantes com nível médio de escolaridade aplicam a regra do fator apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

Os informantes de nível superior apresentaram 03 ocorrências de realização possível para o fator apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo e a aplicação da regra teve 22 ocorrências, com valor percentual de 88%.

A variável escolaridade demonstrou com relação ao apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, que a aplicação da regra variável é maior que a realização possível em todos os níveis, sendo maior no nível superior, contrariando toda literatura sobre variação lingüística que diz que quanto maior for o nível de escolarização maior será o conhecimento do falante em relação à língua por ele utilizada, sem falar que esse fator tem sido apontado, através de diversos estudos de língua falada, como tendo uma forte influência na escolha de uma variante em detrimento de outra. Labov (1966, p.45), estudando o inglês de Nova Iorque, observou que os falantes menos escolarizados, freqüentemente, usavam mais as

formas não-padrão, enquanto que as formas padrão eram mais utilizadas pelos mais escolarizados.

Essa é uma tendência encontrada em muitos trabalhos lingüísticos quantitativos até o presente momento. Scherre (1996, p.33) aponta evidências de que a escolarização mostrou ser um fator decisivo para a atuação dos fenômenos lingüísticos já estudados sobre o português do Brasil. Segundo a autora, a escola pode agir de forma direta ou indireta na modificação do comportamento lingüístico dos falantes.

Uma possível justificativa para que a comunidade tenha se comportado desta forma é a de que ela não vê como forma estigmatizada o apagamento da oclusiva /d/ no grupo ndo, mas sim como um caso de duas variantes que convivem num mesmo contexto lingüístico.

O total de ocorrências do fator apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo nos três níveis de escolaridade é de 105, sendo 27 ocorrências para o nível fundamental, 54 ocorrências para nível médio e 25 ocorrências para o nível superior.

3.3 Interpretação dos fenômenos morfossintáticos

Ao interpretar alguns aspectos morfossintáticos da fala da comunidade árabe, pretende-se verificar o modo pelo qual essa comunidade utiliza as questões referentes à estruturação da língua falada, ou seja, como estes moradores utilizam os elementos constituintes da língua no processo natural e espontâneo ocorrente na atuação da fala, pois é na dinamicidade da língua falada que as expressões de que realmente fazem parte do modo particularmente funcional da língua em dada comunidade são percebidas.

Desta forma, somente por meio dos registros em que se tem o momento de realização da fala é que se consegue sistematizar a estrutura lingüística utilizada pelo falante da comunidade estudada, com relação à morfossintaxe.

É difícil atribuir, de maneira precisa, um determinado fenômeno lingüístico a um dos níveis da gramática, dada a inter-relação que eles mantêm entre si.

Fatores simplesmente afetos à área da morfologia aparecem influenciando o surgimento de uma ou outra manifestação da variável, assim como acontece com os fatores relacionados à sintaxe. Mas é comum encontrar fenômenos morfológicos e sintáticos intimamente ligados.

Os fenômenos morfossintáticos de maior ocorrência encontrados no corpus foram:

- 1- Flexão de número no SN.
- 2- Enfraquecimento do infinitivo
- 3- Flexão de número relação SN + SV

Para sistematizar a descrição e interpretação destas questões no GOLDVARB/2001 para obter os valores absolutos e percentuais gerados pelo programa, codificamos os dados da análise de aspecto morfossintático do modo que segue:

Variável Dependente:

- 0 – Realização possível
- 1 – Aplicação da regra variável (desvio)

Variável Independente Lingüística:

Grupo 2: Fatores Morfossintáticos

- N – Flexão de número no SN.
- P – Enfraquecimento do infinitivo
- S – Flexão de número relação SN + SV

Variável Independente Extralingüística:

Grupo 3: Sexo

- M – Masculino
- F – Feminino

Grupo 4: Faixa etária

- a – abaixo de 30 anos

b – acima de 50 anos

Grupo 5: Escolaridade

c – Fundamental

d – Médio

e – Superior

Com as narrativas, o grupo de fatores escolhidos (N, P e S), para a amostragem da sistematização dos dados de aspecto morfossintático, gerou 909 ocorrências. Na tabela seguinte, pode-se observar os valores absolutos e percentuais, bem como a frequência relativa de cada grupo de fatores morfossintáticos a serem analisados, destacando a maior incidência dos fenômenos na fala da comunidade árabe.

TABELA 8 – Distribuição dos fatores morfossintáticos flexão de número no SN, flexão de número na relação SN + SV e enfraquecimento do infinitivo de acordo com a variável dependente.

FATORES MORFOSSINTÁTICOS	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL
N (Flexão de número no SN)	91 (35%)	167 (64%)	258 (28%)
S (Flexão de número SN + SV)	212 (67%)	100 (32%)	312 (34%)
P (Enfraquecimento do Infinitivo)	12 (3%)	327 (96%)	339 (37%)
	315	594	909 (100%)

Observa-se na tabela 8, que das 909 ocorrências selecionadas que compõem o corpus dos dados morfossintáticos da comunidade, 258 ocorrências se referem aos fenômenos da Flexão de Número no SN (N), cuja quantidade representa o valor percentual de 28% no quadro geral. Houve 91 ocorrências de realização possível (0), equivalente a 35% e 167 ocorrências de aplicação da regra variável (1), com uma porcentagem de 64%.

O fator Enfraquecimento do Infinitivo (P) obteve 339 ocorrências no quadro geral, com uma porcentagem de 37% de ocorrências. Sendo 12 ocorrências para realização possível (0) ou 3% e 327 ocorrências para aplicação da regra variável (1), com um percentual de 96%.

O fator Flexão de Número SN +SV (S) teve como resultado 312 ocorrências, 34% do total geral dos fatores morfossintáticos. Como realização possível (0), o fator (S) obteve 212 ocorrências, ou seja, 67% de ocorrências. A aplicação da regra apresentou 100 ocorrências, com um percentual de 32%. É possível observar que esse fator obteve mais ocorrências possíveis (67%) do que aplicação da regra (32%). Portanto, é fato que quanto a esse fator flexão de número SN + SV, a comunidade em estudo preserva mais a norma padrão e não tem uma variação significativa do fenômeno.

Na seqüência, segue a descrição e interpretação dos valores absolutos e percentuais das variações encontradas na comunidade estudada.

3.3.1 Flexão de Número no SN (N)

A regra de concordância nominal de número em português é um fenômeno de grande exigência em manifestações de fala e escrita, pois solicita do informante a repetição da marca plural no decorrer de todo o contexto, o que, pela redundância, provoca em dadas situações o não-preenchimento da marca plural em todas as palavras do sintagma nominal.

Sobre isso vários estudos foram desenvolvidos, tais como Lemle & Naro , Braga, Scherre (*apud* VEADO ,1982, p.68), que diz:

[...] a concordância de número no SN é uma regra que, da mesma maneira que a concordância verbal, encontra-se em processo de mudança sintática [...] em direção a um sistema sem marca de plural em todos os seus segmentos.

A partir dos resultados desses trabalhos, diz Scherre (1994, p.89) que:

O fenômeno da variação na concordância de número no português falado do Brasil, longe de ser restrito a uma região ou classe social específica, é característico de toda comunidade de fala brasileira, apresentando diferenças mais de grau do que de princípio, ou seja, as diferenças são mais relativas à quantidade de marcas de plural e não aos contextos lingüísticos nos quais a variação ocorre. Dos trabalhos realizados, conclui-se, portanto, que o fenômeno da variação de número no português do Brasil pode ser caracterizado como um caso de variação lingüística inerente, tendo em vista que ocorre em contextos lingüísticos e sociais semelhantes e apresenta tendências sistemáticas de variação altamente previsíveis.

Como muitos estudos já demonstraram a marca de plural, principalmente em sintagmas nominais, ocorre quase que exclusivamente na fala dos mais escolarizados. A variação neste aspecto sintático é para Mattos e Silva (1997, p. 64) “o fato sintático mais transparente na sintaxe brasileira em relação ao português padrão e o português europeu e também para efeitos de estigmatização dos falantes brasileiros”.

Veado (1982, p.56) chama a atenção para a redundância da concordância nominal no português padrão, que repete marcas com a mesma informação em todos os elementos do SN. A autora cita alguns trabalhos que comprovam que a concordância no português, tanto nominal quanto verbal, está em um processo de mudança orientada para um sistema de não-concordância. Veado (1982, p. 87) relata que no dialeto por ela pesquisado, da região Sanfraciscana de Januária -MG, há um único sistema, o qual consiste em marcar o plural somente nos constituintes

que estiverem à esquerda do nome, não necessariamente apenas um elemento: “*os meus filho*”.

É o que mostram as pesquisas de Naro (*apud* MATTOS & SILVA, 1997, p.64), ou seja, que na língua popular corrente, a obrigatoriedade de concordância exigida no português padrão, por muitas vezes não é verificada, o que ocorre na maioria das vezes é que um único elemento do sintagma nominal recebe a marca de plural.

A presente pesquisa ratifica as teses descritas no sentido de reforçar a idéia de que é o primeiro elemento do SN que geralmente carrega a marca de plural. Tal marca pode recair sobre um artigo, um pronome, um numeral, ou qualquer determinante, enfim, não parece ser a categoria gramatical que determina em qual elemento ficará a marca de plural, mas sua posição na oração.

A regra de concordância nominal de número em português é um fenômeno de grande exigência em manifestações de fala e escrita, pois solicita do informante a repetição da marca de plural no decorrer de todo o contexto, o que, pela redundância, provoca em dadas situações o não-preenchimento da marca de plural em todas as palavras do sintagma nominal.

O estudo da flexão de número no interior do sintagma nominal pode ser realizado sob os pontos de vista mórfico e sintagmático. Na abordagem mórfica, tem-se a observação minuciosa de cada constituinte do SN. Nesse caso, em um sintagma como (*as comidas árabes*¹⁸), observa-se a marcação do plural em cada um dos seus constituintes: *as* (ou *a*), *comidas* (ou *comida*) e *árabes* (ou *árabe*). Na abordagem sintagmática, o SN é analisado como um todo, em todos os itens flexionáveis do SN, ou ausência de marca em pelo menos um item flexionável do SN. Como no exemplo: *as meninas*¹⁹ – realização possível e para aplicação da regra como no exemplo: *ôtos lugá*²⁰.

Como indicam os resultados, a estrutura que mais favorece a concordância global de número no SN é aquela em que o SN é formado apenas por um determinante e um numeral como (*os quatro filhos*²¹). Nesses casos, o nível de concordância é quase categórico. Porém, há de se pensar que, em termos de processamento lingüístico, o falante, com esse tipo de SN, só precisa marcar o plural em um determinante antes do número. A rigor quase não se pode falar de concordância nesses casos.

¹⁸ Exemplo do informante 0NFbd = 0: regular, N: flexão de número no SN, F: feminino, b: acima de 50 anos, d: nível médio.

¹⁹ Exemplo do informante 0NFbc = 0: regular, N: flexão de número no SN, F: feminino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

²⁰ Exemplo do informante 1NMbc = 1: desvio, N: flexão de número no SN, M: masculino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

²¹ Exemplo do informante 0NFbc = 0: regular, N: flexão de número no SN, F: feminino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

Em seguida, outra estrutura que favorece a aplicação da regra é aquela que possui modificadores, podendo ser possessivos, adjetivos ou quantificadores, à esquerda do nome como (*suas casas*²²). Em contrapartida, quando esses mesmos modificadores vêm à direita do nome como (*as coisa barata*²³), pode-se dizer que a regra não é aplicada, tendo em vista que foi a única circunstância em que não houve nenhuma ocorrência com flexão de número em todos os itens flexionáveis do sintagma.

A seguir, a tabela 9 mostra o fator flexão de Número no SN com relação à variável sexo.

TABELA 9 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número no SN e a variável sexo.

SEXO	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Masculino	27 (26%)	78 (74%)	105	258 (100%)
Feminino	64 (42%)	89 (58%)	153	

No cruzamento do fator morfossintático flexão de número no SN com relação à variável sexo e a variável sexo, obteve-se 105 ocorrências do sexo masculino, sendo que 27 dessas ocorrências se referem à realização possível, com

valor percentual de 26%. E a aplicação da regra teve 78 ocorrências, ou seja, 74% de valor percentual.

²² Exemplo do informante 0NFae = 0: regular, N: flexão de número no SN, F: feminino, a: abaixo de 30 anos, e: nível superior.

²³ Exemplo do informante 1NMbd = 1: desvio, N: flexão de número no SN, M: masculino, b: acima de 50 anos, d: nível médio.

Entre os informantes do sexo feminino a aplicação da regra é evidenciada em escala menor na fala da comunidade, pois foram comprovadas 89 ocorrências que resultaram em 58% de valor percentual. A realização possível foi detectada em 64 ocorrências, com 42% de valor percentual.

Os resultados dessa variável soma-se a diversos outros estudos realizados sobre a flexão de número no SN, tais como Fischer, Scherre, Paredes e Silva (*apud* MOLLICA, 2004, p.34), que constata a tendência das mulheres em utilizar variantes lingüísticas mais prestigiadas socialmente.

A tabela 10 mostrará os resultados alcançados no cruzamento do fator morfossintático flexão de número no SN com relação com a variável faixa etária.

TABELA 10 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número no SN e a variável faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Abaixo de 30 anos	30 (32%)	64 (68%)	94	258 (100%)
Acima de 50 anos	61 (37%)	103 (63%)	164	

Entre os informantes com faixa etária abaixo de 30 anos houve 30 ocorrências de realização possível com relação do fator morfossintático flexão de número no SN, o que implica afirmar que 32% dos informantes dessa faixa etária não variam com relação ao fenômeno estudado.

Quanto à aplicação da regra, 64 ocorrências foram elencadas nos informantes com a faixa etária abaixo de 30 anos, perfazendo um valor percentual de 68%.

Na faixa etária acima de 50 anos, a tendência maior foi para a aplicação da regra com 103 ocorrências, ou seja, 63% dos informantes variam o fator morfossintático flexão de número no SN, ao contrário das 61 ocorrências de realização possível, isto é, 37% dos informantes não variam o fator flexão de número no SN.

A partir dos dados exibidos na tabela 10, nota-se que os falantes da faixa etária (abaixo de 30 anos) estão mais propensos à realização da regra variável que os da faixa etária acima de 50 anos. No entanto, a diferença entre as duas faixas é insignificante. Isto significa dizer que as duas faixas utilizam mais a variante inovadora, em detrimento da variante de prestígio. O que vale dizer que a variável inovadora tende a se fixar nesta comunidade como variável estável.

A próxima tabela mostrará os valores absolutos e percentuais concernentes ao fator morfossintático flexão de número no SN e a variável escolaridade.

TABELA 11 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número no SN e a variável escolaridade.

ESCOLARIDADE	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Fundamental	19 (20%)	78 (80%)	97	258 (100%)
Médio	30 (31%)	67 (69%)	97	
Superior	42 (66%)	22 (34%)	64	

A tabela 11 mostra que das 258 ocorrências, 97 foram observadas no nível fundamental, sendo que 19 ocorrências foram de realização possível, com 20% de valor percentual. Também é possível verificar que a aplicação da regra é maior nesse nível de escolaridade, com 78 ocorrências. Deste modo, obteve-se a porcentagem mais elevada, de 80% do total.

No nível médio, 97 ocorrências foram encontradas, com relação ao fator morfossintático flexão de número no SN, sendo 67 ocorrências, com valor percentual de 69% de aplicação da regra. A realização possível foi de 30 ocorrências, ou seja, 31% de valor percentual.

No nível superior, houve o menor número de ocorrências com relação à aplicação da regra, foram 22 ocorrências, com valor percentual de 34%. Desta forma, as realizações possíveis foram responsáveis por 42 ocorrências do fator morfossintático flexão de número no SN, ou seja, 66% de valor percentual.

Assim, é correto afirmar que no nível superior a variação do fenômeno analisado é quase insignificante. Ficando o nível fundamental com a variação mais evidente.

Castilho (1992, p.251) assinala que nas classes não escolarizadas a marcação redundante de plural no sintagma nominal é desfavorecida, o autor concorda que há fatores tanto internos quanto externos que influenciam na aplicação da regra de concordância.

Naro & Scherre (1993, p.78) observando os trabalhos dialetológicos do início do século passado e alguns estudos variacionistas da década de 80, afirmam que a variação na concordância nominal ocorre em todas as regiões brasileiras, ou seja, não constitui uma variação diatópica. Os autores salientam que os estudos mais recentes indicam que a variável social que condiciona essa regra é o grau de escolaridade. Como foi observado nos dados acima.

3.3.3 Flexão de número da relação SN + SV. (S)

Sobre a flexão de número da relação SN + SV, Câmara Júnior (1970, p.92) diz que:

[...] em português, como nas demais línguas românicas, e mesmo indo-européias de maneira ampla, há entre o

nome e o verbo uma oposição formal, que se manifesta na qualidade e no mecanismo da flexão.

A flexão de número da relação SN + SV é um campo aberto para muitas e intrigantes questões. Por apresentar inúmeras particularidades, como regras e exceções, que acabam dificultando seu ensino e aprendizagem, seu usuário é levado a um estado de insegurança que tem implicações tanto na língua escrita como na língua falada.

É que devido à exigência do sistema há uma redundância da marca plural enquanto que fatores lingüísticos e extralingüísticos conspiram para uma simplificação, como ocorre, por exemplo, no morfema de plural apenas aparecendo no determinante, como Azevedo (1976, p.54) em: “*Os menino chego ou chegáro; meus cobri não chega pra nada, etc*” e ainda a tendência para redução das formas verbais, opondo-se a primeira às demais pessoas, como em: “*vô, vai, vai, etc*” ou ainda “*tu>foi, ele>foi, nós>foi e eles>foi*”

Alguns fatores lingüísticos condicionam ou não a aplicação da regra variável, tais como:

1- Tipo morfológico do verbo: quando a diferença entre a forma singular e forma plural é reduzida, a ocorrência de falta de concordância é favorecida, enquanto uma diferença fônica maior favorece a concordância. Assim, na oposição (*eles bebe*²⁴/*eles bebem*), a forma sem marca formal de plural é mais favorecida do que no par (*ele bebeu/eles beberam*²⁵).

2- Posição do sujeito em relação ao verbo: quando o sujeito vem imediatamente antes do verbo, a concordância é mais favorecida do que quando o sujeito está posposto ou anteposto, mas distante do verbo. Como se verifica em (*elas ficam*²⁶) o verbo da primeira oração, que vem imediatamente após o sujeito recebe a marca de plural, já na seqüência (*coisas qui cê vê qui num seria di religiãu*²⁷) quando o verbo se apresenta distante do sujeito, não é flexionado.

²⁴Exemplo do Informante (1SMbc)=1:desvio, S: flexão de número entre SN+SV, M: masculino, b: acima de 50 anos, c: nível fundamental.

²⁵Exemplo do Informante (0SMad)=0:regular, S: flexão de número entre SN+SV, M: masculino, a: abaixo de 30 anos, d: nível médio.

²⁶Exemplo do Informante (0SFae)=0:regular, S: flexão de número entre SN+SV, F: feminino, a: abaixo de 30 anos.

²⁷Exemplo do Informante (1SFbc)=1:desvio, S: flexão de número entre SN+SV, F: feminino, b: acima de 50 anos, c: nível médio.

A proximidade entre o sujeito e o verbo é apontada por Lemle (1978, p.78) como o fator que favorece a concordância, assim como a ocorrência de sujeito indeterminado e, como fator externo, as situações formais.

Na perspectiva variacionista essa ausência de concordância entre os elementos do sintagma nominal e sintagma verbal é vista como decorrente de fatores sociolingüísticos e esse fenômeno segue um curso evolutivo do português falado no Brasil.

As análises dessa relação, Sintagma Nominal + Sintagma Verbal (S), revelam como a comunidade árabe processa a pluralização do sintagma nominal e sintagma verbal no momento da atualização da fala e quais os fatores extralingüísticos influenciam mais a aplicação da regra variável. Deste modo, verificaram-se no corpúsculo estudado 312 ocorrências para o fator morfossintático flexão de número da relação SN + SV.

A seguir, a tabela 15 mostra o fator flexão de número na relação SN + SV com relação à variável sexo.

TABELA 12 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número da relação SN + SV e a variável sexo.

SEXO	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Masculino	89 (58%)	65 (42%)	154	312 (100%)
Feminino	123 (78%)	35 (22%)	158	

Conforme demonstrou a tabela anterior, das 909 ocorrências que compuseram o corpúsculo dos fatores morfossintáticos escolhidos para serem analisados da fala da comunidade, 312 ocorrências se referem ao fator flexão de número da relação SN + SV, cujo percentual relativo é de aproximadamente 34% das ocorrências totais registradas.

No cruzamento do fator morfossintático flexão de número da relação SN + SV e a variável sexo, obteve-se 154 ocorrências do sexo masculino, sendo que 89 dessas ocorrências se referem à realização possível, com valor percentual de 58%. E a aplicação da regra teve 65 ocorrências, ou seja, 42% de valor percentual.

Entre os informantes do sexo feminino a realização possível é evidenciada em escala maior na fala da comunidade, pois foram comprovadas 123 ocorrências que resultaram em 78% de valor percentual. A aplicação da regra foi detectada em 35 ocorrências, com 22% de valor percentual.

A motivação para avaliar o papel do gênero sobre a variação lingüística pode ser sintetizada pelas palavras de Rodrigues (1987, p.199):

As variedades lingüísticas ligadas a sexo aparecem como resultado do fato de a língua, enquanto fenômeno social, estar intimamente relacionada com atitudes sociais. Homens e mulheres são socialmente diferentes, a eles são atribuídos diferentes papéis e, por isso, deles se esperam padrões de comportamento diferenciados...

Muitas pesquisas sociolingüísticas já demonstraram que as pessoas do sexo feminino são mais sensíveis à norma de prestígio, por “quebrarem” menos as regras sociais estabelecidas em Oliveira e Silva & Paiva (1996, p. 54).

Segundo Monteiro (2000, p.76), as diferenças lingüísticas devidas ao fator sexo surgem porque a língua como fenômeno social está intimamente relacionada a atitudes sociais. Os indivíduos são socialmente diversificados em função dos vários papéis sociais que a sociedade lhes impõe e das expectativas de padrões de comportamento que são criadas para cada um deles.

De acordo com Paiva, 2004 (*apud* HORA, 2004, p.72), o uso freqüente da forma padrão pelas mulheres deve-se ao maior formalismo associado aos papéis femininos, pois este formalismo transferido para as situações interacionais vividas pela mulher se traduz na maior preocupação com uma linguagem mais correta e esmerada.

A tabela 16 mostrará os resultados alcançados no cruzamento do fator morfossintático flexão de número da relação SN + SV com a variável faixa etária.

TABELA 13 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfofossintático flexão de número da relação SN + SV e a variável faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Abaixo de 30 anos	80 (68%)	37 (32%)	117	312 (100%)
Acima de 50 anos	132 (68%)	63 (32%)	195	

Entre os informantes com faixa etária abaixo de 30 anos houve 80 ocorrências de realização possível com relação ao fator morfofossintático flexão de número da relação SN + SV, o que implica afirmar que 68% dos informantes dessa faixa etária não variam com relação ao fenômeno estudado. Quanto à aplicação da regra, 37 ocorrências foram elencadas nos informantes com a faixa etária abaixo de 30 anos, perfazendo um valor percentual de 32%.

A faixa etária acima de 50 anos obteve 63 ocorrências de aplicação da regra variável, ou seja, 32% dos informantes variam o fator morfofossintático flexão de número da relação SN + SV, e foram detectadas 132 ocorrências de realização possível, isto é, 68% dos informantes não variam o fator flexão de número da relação SN + SV.

A tabela acima mostra que os jovens e os mais velhos demonstram o mesmo comportamento lingüístico. É fato que, se a variante ocorrer indistintamente em todas as faixas etárias, pode significar a sua estabilidade dentro do sistema lingüístico, em Martins (*apud* HORA, 2004, p. 70).

Segundo Tarallo (1990, p.30), “na variação estável cada variante dispõe de certas armas, isto é, de grupos de fatores condicionadores, lingüísticos ou não para combater sua(s) adversária(s)”.

Então, pode-se dizer que na comunidade árabe estudada a aplicação da regra variável está estável, com vantagem da realização possível, ou seja, apesar de existir a luta entre as variantes, a norma padrão é mais utilizada.

A próxima tabela mostrará o cruzamento do fator morfossintático flexão de número da relação SN + SV e a variável escolaridade.

TABELA 14 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático flexão de número da relação SN + SV e a variável escolaridade.

ESCOLARIDADE	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Fundamental	27 (41%)	39 (59%)	66	312 (100%)
Médio	117 (74%)	41 (26%)	158	
Superior	68 (77%)	20 (23%)	88	

A tabela 17 mostra que das 312 ocorrências, 66 foram observadas no nível fundamental, sendo que 27 ocorrências foram de realização possível, com 41% de valor percentual. Também é possível verificar que a aplicação da regra é maior nesse nível de escolaridade, com 39 ocorrências. Deste modo, obtive a porcentagem mais elevada, de 59%.

No nível médio, 158 ocorrências foram encontradas, com relação ao fator morfossintático flexão de número da relação SN + SV, sendo 41 ocorrências, com valor percentual de 26% de aplicação da regra. A realização possível foi de 117 ocorrências, ou seja, 74% de valor percentual.

No nível superior, houve o menor número de ocorrências com relação à aplicação da regra, foram 20 ocorrências, com valor percentual de 23%. Desta forma, as realizações possíveis foram responsáveis por 68 ocorrências do fator morfossintático flexão de número da relação SN + SV, ou seja, 77% de valor percentual.

Assim, é correto afirmar que no nível médio e superior a variação do fenômeno analisado é quase insignificante. Ficando o nível fundamental com a variação mais evidente.

Oliveira e Silva & Paiva (1996, p.350), apresentando os condicionamentos extralingüísticos segundo resultados de diversos estudos, concluem:

De tudo o que vimos as evidências apontam, por conseguinte, para um papel não trivial da escola pública na compleição lingüística dos indivíduos. Com efeito, seja direta seja indiretamente, a participação da escola acaba sendo decisiva na modificação do comportamento lingüístico. Portanto, em vez de minimizar o efeito da escolarização no uso da língua, cabe analisar criticamente a interferência decisiva da escola na configuração lingüística da comunidade.

Para Rodrigues (1987, p.241), o baixo nível de escolaridade é decisivo para a identificação dos usuários de uma variedade popular de língua falada. Mas a pesquisadora salienta que, ao postular a existência de um segmento populacional urbano caracterizado por um baixo nível de escolaridade, não está omitindo outros atributos sociais que caracterizam esse grupo sociolingüístico popular:

Assim, rotulamos de popular a língua usada por um extenso contingente populacional, formado por adultos de baixa renda, analfabetos ou semialfabetizados, na sua maioria proveniente da zona rural, e que ocupam a periferia dos grandes centros urbanos industrializados.

É mister ressaltar, que na comunidade em questão os que possuem nível de escolaridade fundamental não pertencem a classe de baixa renda, pois como foi dito, anteriormente, na introdução deste trabalho, não se estratificou a comunidade pelo fator extralingüístico classe social, pois todos os informantes pertencem a uma mesma classe social, não havendo disparidade socioeconômica entre eles.

Ainda em relação à escolaridade, vale mencionar o estudo realizado por Naro e Scherre (2003, p. 70) que, numa amostra constituída por 16 falantes gravados na década de 1980 e regravados em 1999 e 2000, mostraram que todos

aqueles que aumentaram os anos de escolarização ultrapassaram os falantes que não freqüentaram a escola no período sob consideração. Os pesquisadores não deixam de salientar que há também casos de amplo aumento da freqüência de uso sem a influência direta da escola. Mesmo assim, fica evidente neste trabalho a relevância da variável escolarização.

As variáveis extralingüísticas são fundamentais para o estudo sociolingüístico, já que são consideradas condicionadoras do comportamento lingüístico do falante. O ambiente em que o indivíduo está inserido, as pessoas com as quais convive, o seu nível de instrução, colaboram para que tenha uma maneira peculiar de falar.

Pesquisas sociolingüísticas já feitas revelam dados interessantes sobre a fala do brasileiro. Segundo Naro (1982, p. 95):

[...] falantes do sexo feminino tendem ao uso da norma lingüística de maior prestígio, assim como ocorre com os falantes de faixa etária e com os de nível de escolarização mais elevados.

3.3.2 Enfraquecimento do Infinitivo (P)

Dentro das variáveis morfossintáticas destacadas neste trabalho, o enfraquecimento do infinitivo, foi a que obteve mais ocorrências na fala dos dezesseis informantes entrevistados. Total de 339 ocorrências, que teve um valor relativo de 37% dentre os três fatores morfossintáticos analisados.

Ao longo do tempo, vários estudos foram realizados sobre o cancelamento de verbos e um deles se destaca a afirmação de que “há registros históricos que indicam que o cancelamento verificado em lexemas verbais é o mais antigo, datando do português arcaico”, segundo mostrado por Teyssier (1959), citado por Oliveira (1997, p.35).

Os resultados encontrados por Callou (1998, p.45) revelam que o apagamento do /r/ nos verbos do infinitivo continua a avançar, e que é estável; não se constitui numa mudança em progresso; entre os jovens é uma mudança que caracteriza faixa etária, e, diferentemente do que se afirmava há alguns anos atrás,

não depende de classe social. Isso quer dizer que a supressão do /r/ nos verbos do infinitivo na cidade do Rio de Janeiro não pode ser atribuída só a uma classe social mais baixa, nem, tampouco, apenas a pessoas de pouca escolaridade, visto que o apagamento verificado se dá na fala de informantes que representam a norma culta dessa cidade.

No falar cuiabano o apagamento do /r/ final em verbos do infinitivo é sistemático, como em: *principiá* (principiar); *rebuçá* (rebuçar) (Drummond, 1978, p.70).

Santos (1997, p.66) observa que na região paulistana do Jardim São Francisco, em posição pós-vocálica, o apagamento do /r/ em verbos infinitivos em posição final absoluta ocorre em 93% dos casos. Para a pesquisadora o fenômeno parece estar favorecido pelo “baixo grau de informatividade trazido pelo segmento”.

Ao que parece, em relação aos verbos estamos frente a uma variação estilística, ou seja, em registros mais formais o /r/ aparece, independentemente do contexto lingüístico, em situações informais o /r/ nunca aparece, independentemente do contexto lingüístico.

Por meio do que foi pesquisado, em especial Bortoni-Ricardo (2004, p.50), pode-se afirmar que a supressão do infinitivo está se tornando de uso comum entre os falantes de diversas variedades lingüísticas e diferentes níveis de letramento. Portanto, esse tipo de supressão pode ser considerado um traço gradual na língua.

O enfraquecimento dos verbos no infinitivo, em virtude do apagamento final do /r/ ocorre de forma sistemática, independentemente de fatores internos como o número de sílabas ou da conjugação a que pertença o verbo, ou ainda se este é regular, irregular, anômalo ou defectivo, se o contexto posterior é vogal ou consoante ou se o verbo encontra-se em final absoluto de enunciado.

Alguns exemplos de ocorrências na fala da comunidade árabe, com relação ao fenômeno enfraquecimento do infinitivo:

1ª conjugação: trabalhar /trabaiá/, casar /casá/, pagar /pagá/, almoçar /almoçá/, voltar /voltá/, falar /falá/, prestar /prestá/, começar /começá/, chegar /chegá/, olhar /olhá/, desmatar /dismatá/, secar /secá/, criar /criá/, tirar /tirá/, cercar /cercá/, grotar /grotá/, pegar /pegá/, cavar /cavá/, estar /tá/, plantar /plantá/, iniciar

/iniciá/, caçar /caçá/, mamar /mamá/, acordar /acordá/, passear /passiá/, terminar /terminá/, adaptar /adaptá/, passar /passá/, morar /morá/, notar/notá/.

2ª conjugação: dizer /dizê/, entender /entendê/, conhecer /conhecê/, fazer /fazê/, ter /tê/, sobreviver /sobrevivê/, supor /supô/, querer /querê/.

3ª conjugação: parir /pari/, ir /i/, produzir /produzi/.

Outra observação pertinente a este fator é que apesar de existir a supressão do final /r/ nos lexemas o som final da vogal pode variar, sendo aberto para a vogal /a/, nos verbos de 1ª conjugação. Já para os verbos da 2ª conjugação o som é fechado.

A seguir, a tabela 15 mostra o fator enfraquecimento do infinitivo com relação à variável sexo.

TABELA 15 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo e a variável sexo.

SEXO	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Masculino	4 (3%)	139 (97%)	143	339 (100%)
Feminino	8 (4%)	188 (96%)	196	

A tabela 12 mostra que houve 04 ocorrências da realização possível entre os informantes do sexo masculino no tocante ao morfossintático do enfraquecimento do infinitivo, que representa 3% da realização possível entre os homens. E 139 incidências na aplicação da regra, que resultam em 97% de variação na comunidade árabe.

Em relação às mulheres, obteve-se 08 incidências da realização possível, com percentual de 4%. Em contrapartida, houve 188 ocorrências entre as mulheres, contribuindo assim para um percentual elevado de variação na comunidade, 96%.

O total de ocorrências do fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo, entre os informantes do sexo masculino é de 143 e, entre as mulheres, o número total é de 196 ocorrências. A somatória entre ambos os sexos do total de ocorrências é de 339 do fator enfraquecimento do infinitivo, no quadro geral dos fenômenos morfossintáticos analisados mais relevantes.

Como se pode observar, a diferença da aplicação da regra variável entre o sexo masculino e o sexo feminino é insignificante, o que comprova a assertiva de Paul Teyssier (1997, p. 103) que afirma que este é um aspecto inovador no português do Brasil, pois o enfraquecimento do infinitivo em virtude da ausência de /r/ em final de verbos no infinitivo ocorre na fala coloquial de praticamente todos os brasileiros. Não tendo, portanto, diferença relevante nas realizações de homens ou mulheres.

A próxima tabela trará os valores totais e percentuais do cruzamento entre a variável dependente e a variável faixa etária correspondente ao fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo.

TABELA 16 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo e a variável faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Abaixo de 30 anos	1 (1%)	120 (99%)	121	339

Acima de 50 anos	11 (5%)	207 (95%)	218	(100%)
---------------------	------------	--------------	-----	--------

Entre os informantes com faixa etária abaixo de 30 anos houve 01 ocorrência de realização possível da variável com relação ao fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo. Na aplicação da regra houve 120 ocorrências, ou seja, 99% de valor percentual, o que implica afirmar que os informantes dessa faixa etária variam com relação ao fenômeno aqui analisado.

Quanto aos informantes que possuem acima de 50 anos, houve 11 ocorrências do fenômeno enfraquecimento do infinitivo que resultaram em 5% de realização possível.

Assim, a maioria dos informantes da faixa etária acima de 50 anos aplica a regra, pois aparecem 207 ocorrências. Essas 207 ocorrências são responsáveis pelos 95% de variação com relação ao fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo.

Pelos estudos de Callou (1998), os resultados encontrados revelam que o apagamento do /r/ nos verbos do infinitivo continua a avançar, e que é estável; não constitui numa mudança em progresso; pois a faixa etária acima de 50 anos também faz uso da variante não-padrão. Se a variação fosse encontrada com maior número entre os jovens haveria uma mudança em progresso. O que não foi encontrado na comunidade árabe em estudo.

O total de ocorrências do fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo, entre os informantes abaixo de 30 anos é de 121 e, entre os informantes acima de 50 anos, o número total é de 218 ocorrências. A somatória entre as duas faixas etárias é de 339 do fator enfraquecimento do infinitivo, no quadro geral dos fenômenos morfossintáticos analisados mais relevantes.

A próxima tabela trará os valores totais e percentuais do cruzamento entre a variável dependente e a variável classe social correspondente ao fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo.

TABELA 17 – Distribuição dos dados de acordo com o cruzamento do fator morfossintático enfraquecimento do infinitivo e a variável escolaridade.

ESCOLARIDADE	REALIZAÇÃO POSSÍVEL (norma padrão)	APLICAÇÃO DA REGRA VARIÁVEL (desvio)	TOTAL	
Fundamental	02 (1%)	134 (99%)	136	339 (100%)
Médio	04 (4%)	105 (96%)	109	
Superior	06 (6%)	88 (94%)	94	

A tabela 14 mostra que entre os informantes de nível fundamental totalizam 136 ocorrências do fator enfraquecimento do infinitivo, sendo 02 ocorrências de realização possível, com percentual de 1% e 134 ocorrências de aplicação da regra, com valor percentual de 99%.

Com relação aos informantes de nível médio, constatou-se que houve 04 ocorrências de realização possível, equivalente a 4% das ocorrências. O número de 105 ocorrências comprova que 96% dos informantes com nível médio de escolaridade aplicam a regra do fator enfraquecimento do infinitivo.

Os informantes de nível superior apresentaram 06 ocorrências de realização possível para o fator enfraquecimento do infinitivo e quanto à aplicação da regra obteve 88 ocorrências, com valor percentual de 94%.

O total de ocorrências do fator enfraquecimento do infinitivo nos três níveis de escolaridade é de 339.

Portanto, é possível constatar que o nível fundamental obteve maior valor percentual (99%) de aplicação da regra do fator morfosintático enfraquecimento do infinitivo. Esse resultado vem ao encontro de outros estudos, tais como de Scherre (1996, p. 42) que considera o nível fundamental de escolaridade como o grupo que mais utiliza a forma estigmatizada da variável, pois há evidências de que a escolarização mostrou ser um fator decisivo para a atuação dos fenômenos lingüísticos já estudados sobre o português do Brasil. Segundo a autora, a escola pode agir de forma direta ou indireta na modificação do comportamento lingüístico dos falantes.

Assim, os dados observados nesta pesquisa comprovaram que os fatores extralingüísticos influenciaram consideravelmente o modo de falar desta comunidade. Conforme tabelas abaixo.

TABELA 18 – Resultados gerais dos percentuais de variação da regra (desvio) dos fenômenos fonético-fonológicos com relação aos fatores extralingüísticos.

FATORES EXTRALINGÜÍSTICOS		FATORES FONÉTICO-FONOLÓGICOS	
		DITONGAÇÃO (E)	APAGAMENTO DA OCLUSIVA DENTAL /D/ NO GRUPO NDO. (D)
Sexo	Masculino	95%	88%
	Feminino	100%	79%
Faixa etária	Abaixo de 30 anos	100%	100%
	Acima de 50 anos	97%	73%
Escolaridade	Fundamental	98%	81%
	Médio	97%	83%
	Superior	100%	88%

Pode-se observar que na tabela 18, o fator fonético-fonológico ditongação obteve variação maior em todas variáveis extralingüísticas com relação ao fator apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo.

O que demonstra que o fator ditongação está em processo de mudança em progresso, como diz *Teyssier* (2004, p.80) que classifica a ditongação como “um dos aspectos inovadores da fonética brasileira”.

Também houve um número elevado de variação do fator apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo, portanto apesar de a língua padrão ser uma imposição social e histórica, constatou-se que uma freqüente aplicação da regra pelos informantes pesquisados, demonstrando que os falantes, independentemente

de seu sexo, faixa etária e níveis escolares, não encaram a variação dos fenômenos fonético-fonológicos de forma desprestigiada ou estigmatizante.

Outro fato que merece destaque nesta pesquisa é o fato de que, ao contrário de outras pesquisas realizadas no Projeto ALMS e a de Mollica (2004, p.76) em que percebeu-se que o sexo feminino tende a ser mais conservador com relação às variedades mais prestigiadas, o sexo feminino desta comunidade obteve um percentual maior de variação que o sexo masculino, com relação aos fatores fonético-fonológicos observados.

Por último, a variação fonética-fonológica contribui para que ocorram variações em outros segmentos da língua se correlacionados a outros fatores lingüísticos e extralingüísticos, atingindo, muitas vezes, no decorrer do tempo, o fenômeno da mudança lingüística. A propósito como diz Wang (*apud* MOLLICA, 1993, p.23), “toda mudança sonora se processa foneticamente abrupta, porém lexicalmente gradual”.

A tabela abaixo demonstra os valores percentuais de cada fenômeno morfossintático no cruzamento com os fatores extralingüísticos: sexo, faixa etária e escolaridade.

TABELA 19 – Resultados gerais dos percentuais de variação da regra (desvio) dos fenômenos morfossintáticos com relação aos fatores extralingüísticos.

FATORES EXTRALINGÜÍSTICOS	FATORES MORFOSSINTÁTICOS		
	FLEXÃO DE NÚMERO no SN (N)	ENFRAQUECIMENTO DO INFINITIVO (P)	FLEXÃO DE NÚMERO DA RELAÇÃO SN + SV (S)

Sexo	Masculino	74%	97%	42%
	Feminino	58%	96%	22%
Faixa etária	Abaixo de 30 anos	68%	99%	32%
	Acima de 50 anos	63%	95%	32%
Escolaridade	Fundamental	80%	99%	59%
	Médio	69%	96%	26%
	Superior	34%	94%	23%

Na tabela 19, verifica-se um alto índice de variação no fenômeno enfraquecimento do infinitivo, sendo que na faixa etária abaixo de 30 anos e nível fundamental o percentual chegou a 99%. Pode-se afirmar, então, que o enfraquecimento do infinitivo está se tornando de uso comum entre os falantes da comunidade estudada. Portanto, esse tipo de fator pode ser considerado um traço gradual na língua, que pode indicar uma mudança em progresso.

O fator extralingüístico faixa etária, percentualmente obteve o mesmo valor em todos os fatores morfossintáticos analisados. O que é possível afirmar que, quanto aos fatores morfossintáticos, a faixa etária dos informantes influenciou da mesma forma na aplicação da regra variável, não havendo discrepância significativa entre eles.

O fator flexão de número SN + SV foi o que obteve o menor valor percentual de variação, entre os informantes do sexo feminino e de nível superior.

A explicação para os índices baixos de variação quanto ao fator (S) deve-se ao fato de que a flexão de número na relação SN + SV, proporciona ao seu usuário um certo primor lingüístico e por ser a comunidade em estudo composta, em sua maioria, de comerciantes ou filhos deles, eles procuram preservar um pouco melhor a norma padrão, pois eles enxergam na língua um fator primordial que possibilita uma melhor ascensão social e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa sociolingüística realizada na comunidade árabe de Araçatuba-SP buscou descrever as variáveis lingüísticas (fatores fonético-fonológicos e morfossintáticos) em situações concretas de fala, promovendo o cruzamento entre as variáveis extralingüísticas (sexo, faixa etária e escolaridade), através de um estudo sincrônico e quantitativo de um corpus de dezesseis informantes.

A partir da interpretação dos cruzamentos dos fatores lingüísticos e extralingüísticos foi possível verificar que, sem dúvida alguma, as variáveis sociais são de extrema importância para uma sistematização do aparente “caos lingüístico”

que envolve a língua, pois como acreditam os sociolinguistas, é impossível conceber a língua de um indivíduo sem admitir que este seja influenciado pelo meio social no qual está inserido.

E diante dos dados interpretados, num total de 1.120 ocorrências (divididas entre 211 ocorrências no nível fonético-fonológico e 909 ocorrências no nível morfosintático) ficou evidente que há variação linguística na comunidade, que as variantes se encontram em conflito e que este processo não é aleatório, mas sim condicionado por fatores extralingüísticos, conforme os resultados mostrados nas últimas tabelas no final da pesquisa. Na análise final, algumas variáveis revelaram-se muito significativas para melhor compreensão do fenômeno variável.

Com relação aos fatores fonético-fonológicos, observou-se que o fator que obteve maior número de variação, ou seja, desvio da norma foi a ditongação (98%), do total de 211 ocorrências, tanto na variável sexo, quanto nas variáveis faixa etária e escolaridade, isto se dá por ser a ditongação um processo gradual da língua e a porcentagem de ocorrência também suscita a afirmação de que nesta comunidade a ditongação é uma variável estável e que não carrega o estigma de ser uma variante não padrão, principalmente porque é empregada tanto por homens quanto mulheres, embora as mulheres tenham apresentado um número maior de variação, independentemente de sua faixa etária e escolarização.

Outro fator fonético-fonológico que mereceu destaque foi o apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo ndo (83% de variação), que de acordo com outras pesquisas, tais como a de Martins (*apud* HORA, 2004, p.55), não apresenta caráter estigmatizante, porém apresentou ser uma forma inovadora, pois a variação maior ocorreu nos mais jovens, com 100% de ocorrências. E inversamente contrário a outros estudos, como o citado anteriormente, nesta comunidade o nível de escolaridade que mais utilizou o apagamento da oclusiva /d/ no grupo ndo foram os informantes que possuem o nível superior. É relevante ressaltar que os anos de permanência no ambiente escolar dos informantes não influenciaram o fenômeno estudado, por isso, é correto afirmar que nesta comunidade a variação no fenômeno não é condicionada pelo fator escolaridade. Com relação ao fator sexo, houve diferença entre a aplicação da regra variável entre os homens e mulheres, sendo que as mulheres, conforme estudos anteriores tiveram a tendência de preservar mais a norma padrão, ou seja, evitar o apagamento da oclusiva /d/ no grupo ndo.

Por último, a variação fonética-fonológica contribui para que ocorram variação em outros segmentos da língua se correlacionados a outros fatores lingüísticos e extralingüísticos, atingindo, muitas vezes, no decorrer do tempo, o fenômeno da mudança lingüística. Para que isto seja confirmado, torna-se necessário um estudo mais aprofundado de outros condicionadores lingüísticos, nesta mesma comunidade.

Os fatores morfossintáticos somaram um total de 909 ocorrências, divididos nos seguintes fenômenos: 258 ocorrências de Flexão de número no SN, 312 ocorrências de Flexão de número SN + SV e 339 ocorrências de Enfraquecimento do Infinitivo.

O fator enfraquecimento do infinitivo foi o que obteve maior número de aplicação da regra variável (desvio), 96% das ocorrências morfossintáticas. Neste fator, ficou evidente que tanto os homens quanto as mulheres tendem a utilizar a regra variável (desvio), sendo que os homens há um índice maior de variação com relação às mulheres, porém é quase insignificante essa diferença. No fator faixa etária os jovens, abaixo de 30 anos, obteve-se um índice mais elevado com relação à faixa etária acima dos 50 anos, o que confirma que este fenômeno tende a ser uma variável inovadora, com tendência a se firmar como uma mudança em progresso. Na variável escolaridade, apesar de haver um número elevado de variação em todos os níveis (fundamental, médio e superior), sendo quase insignificante o percentual entre os níveis, o nível fundamental obteve o maior número de variação e o superior, por sua vez, obteve o menor índice. Como foi ressaltado anteriormente, na interpretação dos fenômenos, o enfraquecimento do infinitivo está se tornando de uso comum entre os falantes da comunidade estudada. Portanto, esse tipo de supressão pode ser considerado um traço gradual na língua.

Com relação ao fenômeno flexão de número no SN, dos trabalhos realizados, por exemplo, Scherre (1978, p. 87) conclui-se, portanto, que o fenômeno da variação de número no português do Brasil pode ser caracterizado como um caso de variação lingüística inerente, tendo em vista que ocorre em contextos lingüísticos e sociais semelhantes e apresenta tendências sistemáticas de variação altamente previsíveis. Nesta comunidade, foi relevante a variável sexo ao confirmar que o sexo masculino apresenta uma variação maior que o sexo feminino, por várias razões já expressas anteriormente, as mulheres tendem a utilizar a norma padrão. Os jovens

também apresentaram uma variação maior com relação à faixa etária acima dos 50 anos, o que é possível constatar que os mais velhos são mais conservadores ao fenômeno lingüístico.

Observou-se que dos vários estudos realizados no Brasil em torno desse tema, aqueles que têm como informantes pessoas de vários níveis de escolaridade verificam que essa regra é variável, então, pode-se concluir que a escolaridade é o fator que mais influencia na aplicação da regra de concordância no SN. Nesta comunidade específica a variação ficou evidente pela diferença entre os três níveis de escolaridade: fundamental – 80%, médio – 69% e superior – 34% de aplicação da regra (desvio).

O fenômeno flexão de número da relação SN + SV também merece destaque, pois apesar de ter um número considerável de ocorrências – 312, a variação não foi muito significativa, em todos os fatores, apesar do sexo masculino prevalecer sobre o feminino e o nível fundamental prevalecer sobre todos os outros níveis. Os jovens e os mais velhos obtiveram o mesmo percentual de variação. O que pôde ter contribuído para este resultado é o fato de todos os informantes pertencerem a uma classe privilegiada socialmente, que vêem na linguagem, principalmente no bom uso dela, um fator preponderante para a ascensão social e para a atividade profissional que exercem.

Por hora, o que se pode perceber é que não há, nas variedades aqui descritas, qualquer peculiaridade que possa caracterizar a comunidade, qualquer marca lingüística que possa individualizá-la, diferenciá-la de outras comunidades lingüísticas brasileiras, ou seja, os fenômenos lingüísticos registrados aqui podem ser encontrados em outras partes do país.

Ao final desta pesquisa pode-se dizer que a aplicação da regra variável, resultante do cruzamento dos fatores lingüísticos e extralingüísticos aponta para a afirmação que as 1.120 ocorrências analisadas indicam que houve apenas variação lingüística na língua dos falantes da comunidade árabe o que pode vir ou não a acarretar em mudança lingüística. Por enquanto, é precipitado afirmar que a mudança ocorrerá, talvez daqui a alguns anos, uma nova pesquisa com esta mesma comunidade poderá confirmar ou não alterações significativas na língua.

É necessário ressaltar, por fim, que uma análise mais detida em relação aos aspectos observados pode levar a novas concepções, visto que as variáveis

avaliadas dão margem a novos estudos. Ainda há muito a ser discutido sobre essa temática, pois este estudo é apenas uma amostra diante da imensidão de processos que envolvem o mistério da fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V.A. (org.) *Diversidade fonética no Brasil*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

AHDAB-YEHIA, M. *The Lebanese moronites: patterns of continuity and change*. In: ABRAHAM, S., ABRAHAM, N. (Eds.). *Arabs in the New World: Studies on Arab American Communities*. Detroit: Center for Urban Studies, Wayne State University, 1983.

ALLEN, Mark. *Árabes*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2007.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Editora Anhembi Ltda, 1920.

ANDRADE FILHO, J. B. *Variação lingüística: o caso de Furnas da Boa Sorte*. CPTL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007. (dissertação de mestrado).

AZEVEDO, Milton M. *O subjuntivo em português*. Petrópolis: Vozes, 1976.

BELINE, R. A. *Variação Lingüística*. In Introdução à Lingüística. I. Objetos Teóricos.

BISOL, L. *A harmonização vocálica na fala culta*. In. D.E.L.T.A., Vol 4 – n.º 1. São Paulo: PUC, 1988.

_____. *Ditongos derivados*. In D.E.L.T.A. vol 10 – n.o. especial, 1994.

_____. *O ditongo na perspectiva da fonologia atual*. In. D.E.L.T.A., Vol 5 - n.º 2, 1989.

BODNAR, M.L. *Regionalismos em comunidade gaúcha: o caso de Dourados (MS)*. CPTL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006. (dissertação de mestrado).

BORTONI- RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola e agora?* Sociolingüística & Educação, São Paulo: Parábola, 2000

_____. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *The urbanization of rural dialect speakers - A sociolinguistic study in Brazil*. New York, Cambridge University Press, 1985.

BRAGA, M. L. & SCHERRE, M. M. P. *A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro*. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 1º, 1976. *Anais*. Rio de Janeiro, PUC, 1976.

BRAGA, M. L. *A Concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro*. PUC, Rio de Janeiro, 88p. Dissertação de Mestrado, inédito, 1977.

BRIGHT, William. *Introduction; The Dimensions of Sociolinguistics*. In: ____ (ed.). *Sociolinguistics. Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference*. The Hague: Mouton, 1966.

BUNSE, H. A.W. *Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul – problemas, métodos, resultados*. Rio Grande do Sul: Faculdade de Filosofia, 1969.

BUNSE. *São José do Norte – aspectos lingüístico-etnográficos do antigo município*. Porto Alegre-RS: Mercado Aberto, 1981.

CALLOU, D. et alii. *Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e tempo real*. In. D.E.L.T.A., vol. 14- n.o. especial, 1998. (61-72)

CAMACHO, R.G. Sociolingüística. In MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Lingüística, Domínios e Fronteiras*, v.I. São Paulo: Cortez, 2001.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Problemas de Lingüística Descritiva*, Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. *Dicionário de lingüística e gramática*. 17.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 21.ed. São Paulo: Ática, 1992.

CARVALHO, Garcia Dolores & NASCIMENTO, Manoel, *Gramática Histórica*. São Paulo: Ática, 1969.

CASTILHO, A.T. de. O português do Brasil. in. ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*, São Paulo: Ática, 1992.

CAUVET, Louis-Jean. *Sociolingüística uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo São Paulo: Parábola. 2002.

CEDERGREN, H. J. & SANKOFF, D. *Variable rules: performance as a statistical reflection of competence*. Language, 1974.

COUTINHO, I de L. *Pontos de Gramática Histórica*, Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1976.

CRISTOFARO SILVA, *Fonética e Fonologia do Português*. São Paulo: Contexto. 2005.

CRYSTAL, David, *Dicionário de lingüística e fonética*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1997.

DRUMMOND, M. F. I. *Do falar cuiabano*. Cuiabá: Grupo Gazeta, 1978.

DUBOIS, Jean et.al. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1973.

FIORIN, José Luiz (Org.) *Introdução à lingüística*, São Paulo: Contexto, 2002.

FISHMAN, J. A. *The Sociology of language: An Interdisciplinary Social Science Approach to Language in Society*. Rowley, MA: Newbury House Publ, 1972.

_____. *Reversing language shift: Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages*. Clevedon, England: Multilingual Matters, 1991.

HAJJAR, C. F. *Imigração árabe. Cem anos de reflexão*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

HORA, Demerval. *Estudos sociolingüísticos: perfil de uma comunidade*. UFPB, 2004.

HYMES, D. H. *On communicative competence*. In: PRIDE, J.B.; HOMES, J. (Orgs.). *Sociolinguistics: selected readings*. Great Britain: Hazell Watson & Viney Limited, 1986.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ILARI R. & BASSO R. *O português da Gente*. São Paulo: Contexto, 2006.

JOSÉ FILHO, A. *A língua dos Kaiowa/Guarani: interferências, empréstimos lingüísticos e xenismos*. CPTL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002. (dissertação de mestrado).

KLEIN, H. S. *Migração internacional na história da América* In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

KNOWLTON, Clark. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhambi, 1961.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *The social stratification of English in New York city*. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.

_____. *Principles of linguistic change (internal factors)*, v.1. Oxford: Blackwell, 1994.

LEBRÃO, M.M.S. *A fala da comunidade de Pouso Alto: estudo sociolingüístico*. CPTL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003. (dissertação de mestrado).

LEITE Y. & CALOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In *Tempo Brasileiro*, n.º 53/54, Rio de Janeiro, 1978.

_____. *Guia teórico do alfabetizador*. Ática, 1991.

LYONS, J. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

_____. *Introdução à Lingüística Teórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Editora Livros Horizonte, 2003.

MACNAB, G.L. "Cognition and Bilingualism: a reanalysis of studies, *Linguistics* 17, 1979.

MARCELLESI, B. G. *Introdução à Sociolingüística*. A Sociolingüística Social. Editorial Áster. Lisboa: 1975.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1998.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista*. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19. Salvador: UFBA, 1997.

MELO, G. C. de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946. Mestrado, inédito, 1978.

MELLO, H. A. B. *O falar bilíngüe*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

MOLLICA, Maria Cecília (coord) et. Al. *Arqueologia na Mudança Lingüística*. In: Semana de Estudos Clássicos UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

_____. *Influência da Fala da Alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

MOLLICA, M.C. & BRAGA, M.L. *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

MONTEIRO, José Lemos Monteiro. *Para compreender Labov*, Petrópolis – RJ, Vozes, 2000.

MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Lingüística*, Domínios e Fronteiras, v. I, São Paulo: Cortez, 2001.

NAFF, A. *Arabs in America: a historical overview*. In: ABRAHAM, S., ABRAHAM, N. (Eds.). *Arabs in the New World: Studies on Arab American Communities*. Detroit: Center for Urban Studies, Wayne State University, 1983.

NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, v. 57, n. 1, p. 63-98, 1982.

NARO, A. J. & SCHERRE, M.M.P. *Sobre as origens do português popular escrito do Brasil*. In: D.E.L.T.A, vol.09, n.º especial, 1993, (437-54).

_____. *A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do que relativo*. In: HORA, D.; COLLISCHONN, G. *Teoria lingüística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*, São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NUNES, H. P. *A imigração árabe em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

OLIVEIRA, D. P. *O estudo dialetológico no Brasil: a volta ou a sedimentação de uma metodologia de trabalho?* In: AGUILERA, V. de A. *A Geolingüística no Brasil*. Londrina:UEL, 1998.

_____. *A variação lingüística no Brasil*. In: Revista Guavira de Letras, Três Lagoas:UFMS, 2007.

OLIVEIRA, D.P. de & DURIGAN, M. *Gramática da variação ou variação da gramática?* Mimeo, 2001.

OLIVEIRA, D. P. de & ISQUERDO, A.N. *A nova dialetologia: investigações e resultados*. In: Português brasileiro. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

OLIVEIRA e SILVA, G. M.; PAIVA, M. C. A. *Visão de conjunto das variáveis sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Marco Antônio. *Reanalizando o processo de cancelamento do (r) em final de sílaba*. In: Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 1997.

PAIVA, Maria da Conceição A. de. *A Variável Gênero Sexo*. In MOLICA, Maria Cecília & Braga. Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolingüística*. O Tratamento da Variação. São Paulo. Contexto, 2004.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. *Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolingüística brasileira* [Posfácio]. In: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 131-151.

PETRONE, M. T. S. *Imigração*. In (org.) FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial S.A., 1985.

PIRES, C. C. *Variação lingüística: a comunidade de Ingazeira*. CPTL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003. (dissertação de mestrado).

PINHEIRO, C. & BODSTEIN, O. C. *História de Araçatuba*. Araçatuba: Academia Araçatubense de Letras, 1997.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Estudos Gramaticais e Fitológicos*, v.3, Salvador, Livraria Progresso Editora, Ed. 1957.

RAND, D. & SANKOFF, D. *GoldVarb version 2: a variable rule application for the Macintosh*. Montréal: Centre de recherches mathématiques, Université de Montréal, 1990, inédito.

RODRIGUES, A. C. S. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SALIBA, N. E. Emigration from Syria. In: ABRAHAM, S., ABRAHAM, N. (Eds.). *Arabs in the New World: Studies on Arab American Communities*. Detroit: Center for Urban Studies, Wayne State University, 1983.

SANKOFF, D. *Variable rules*. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert & MATTHEIER, Klaus J. (eds.) *Sociolinguistics - An international handbook of the science of language and society*. Berlin/New York, Walter de Gruyter, 1988.

SANTOS, I. P. *Considerações sobre um Atlas lingüístico da cidade de São Paulo*, 1997.

SAPIR, Edward. *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Tradução J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1916.

SCHERRE, M. M. P. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. PUC, Rio de Janeiro. 158p. Dissertação de mestrado, 1978, inédito.

_____. *Reanálise da concordância nominal em português*. UFRJ, Rio de Janeiro. 554p. Tese de Doutorado, inédito, 1988

_____. *A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos. Organon - A variação no português do Brasil*. Porto Alegre, UFRGS - Instituto de Letras, 1991.

_____. *Doa-se Lindos Filhotes de Poodle*. São Paulo: Parábola, 1996.

SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. *Marking in Discourse: Birds of a Feather. Language Variation and Change*. Cambridge University Press, 1991.

_____. *The serial effect on internal and external variables. Language Variation and Change*. Cambridge University Press, 1992.

_____. *Duas dimensões do paralelismo verbal no português popular do Brasil. Delta*. São Paulo, 1993.

SILVA, L. H. T. *A fala da comunidade de São Benedito: estudo quantitativo*. CPTL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003. (dissertação de mestrado).

TARALLO, Fernando. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Fotografias sociolingüísticas*. São Paulo: Pontes, 1990.

_____. *A pesquisa sociolingüística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2002.

TARALLO, F. & ALKMIM, T. *Falares crioulos - línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.

TEIXEIRA, J. de Ap. *O falar mineiro*. Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1938.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *La langue de Gil Vicente*. Paris: C. Klincksieck, 1959 citado por OLIVEIRA, Marco Antônio. *Reanalizando o processo de cancelamento do (r) em final de sílaba*. In: Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 31-58, jul./dez.

TRUZZI, O. M. S. *De mascastes a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

_____. *Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista*. In: FAUSTO, B.(Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

VEADO, Rosa Maria Assis. *Comportamento Lingüístico do Dialeto Rural*. Minas Gerais: UFMG, PROED, 1982.

VOTRE, Sebastião José. *A Relevância da Variável Escolaridade*. In MOLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolingüística*. O Tratamento da Variação. São Paulo: Contexto, 2004.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P. & MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

ANEXOS

Ficha social

Nº do informante: _____

Nome: _____

Data de nascimento: _____ Idade: _____

Endereço: _____

Município: _____ Estado: _____

Estado civil: a. () solteiro(a) b. () casado(a) c. () viúvo(a) d. () outros

Naturalidade: _____

Profissão: _____

Com que idade chegou a esta cidade? (caso não seja natural da
localidade):

Escolaridade: a. () Fundamental b. () Médio c. () Superior

Filiação: _____

Naturalidade da mãe: _____

Naturalidade do pai: _____

Profissão dos seus pais: _____

Entrevistador: _____

Duração da entrevista: _____

Data da entrevista: _____

Roteiro das entrevistas

Imigrantes do Líbano (acima de 50 anos):

- 1- Com quantos anos você veio para o Brasil?
- 2- Como era a sua vida no Líbano?
- 3- Você gosta de morar no Brasil? Por quê?
- 4- Quantos filhos você tem?
- 5- Todos são nascidos no Brasil?
- 6- Qual a idade deles?
- 7- Qual é a diferença da educação dos filhos no Líbano e no Brasil?
- 8- Você tem alguma lembrança dos seus pais?
- 9- Qual é a diferença das comidas no Brasil e no Líbano?
- 10-Que traço cultural do Líbano você procura passar para seus filhos e netos?
- 11-Você gostaria de voltar a morar no Líbano ou não? Por quê?
- 12- O que você mais gosta do Brasil?
- 13-Você gosta de morar em Araçatuba?
- 14-O que você mais gosta em Araçatuba e o que você menos gosta?

Descendentes de Libaneses (acima de 50 anos):

- 1- Como são/eram seus pais?
- 2- Você saberia contar a história de seus pais? Como eles vieram para Araçatuba?
- 3- Qual é a melhor lembrança da sua infância?
- 4- Como é a sua família, quantos filhos e quantos irmãos você tem?
- 5- Como eles são?
- 6- Seus pais passaram para você algum traço cultural do Líbano?
- 7- Qual é a diferença de educação de uma família de descendentes de libaneses e uma família brasileira?
- 8- Quais são as comidas que você mais gosta de origem árabe?
- 9- Você tenta passar para seus filhos e netos alguma coisa que você aprendeu com seus pais? O que, por exemplo?
- 10- Você gosta de morar em Araçatuba?
- 11- O que você mais gosta em Araçatuba e o que você menos gosta?

Descendentes de Libaneses (abaixo de 30 anos):

- 1- Como são seus pais?
- 2- O que você aprendeu com eles a respeito da cultura árabe?

- 3- Você observa alguma diferença na sua família, por serem descendentes de libaneses e de outras famílias de origem brasileira? Por quê?
- 4- Você tem algum fato que aconteceu na sua infância que gostaria de contar?
- 5- Quantos irmãos você tem?
- 6- O que você sabe sobre o país de origem dos seus avós ou pais?
- 7- Tem alguma palavra de origem árabe que seus pais ou avós sempre falam e que você já assimilou?
- 8- O que você mais gosta da cultura árabe?
- 9- De que comida árabe você mais gosta?
- 10- Você gosta de morar em Araçatuba?
- 11- O que você mais gosta em Araçatuba e o que você menos gosta?
- 12- Você estuda ou trabalha?
- 13- O que você pretende fazer no futuro?